

**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL SUPERIOR
EXÉRCITO
ARMAS E SERVIÇOS**

2014/2015



TIG

**A AÇÃO PSICOLÓGICA E OS ASSUNTOS CIVIS NO ÂMBITO DA
FUNÇÃO DE COMBATE COMANDO-MISSÃO NA CAMPANHA
MILITAR DO TEATRO DE OPERAÇÕES DE ANGOLA (1961-1974)**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE
DOS SEUS AUTORES, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA
OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS E DA GUARDA
NACIONAL REPUBLICANA**



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**A AÇÃO PSICOLÓGICA E OS ASSUNTOS CIVIS NO ÂMBITO DA
FUNÇÃO DE COMBATE COMANDO-MISSÃO NA CAMPANHA MILITAR
DO TEATRO DE OPERAÇÕES DE ANGOLA (1961-1974)**

Cap Inf RUI MIGUEL BRAZ EUSÉBIO

Cap Tm PEDRO MIGUEL MARTINS GRIFO (Coordenador)

Cap Art RICARDO FILIPE ALMENDRA LOPES

Cap AdMil RAQUEL SOFIA MOREIRA TOMÉ

Trabalho de Investigação de Grupo do CPOS Ex A/S 2014/2015

Pedrouços 2015



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**A AÇÃO PSICOLÓGICA E OS ASSUNTOS CIVIS NO ÂMBITO DA
FUNÇÃO DE COMBATE COMANDO-MISSÃO NA CAMPANHA MILITAR
DO TEATRO DE OPERAÇÕES DE ANGOLA (1961-1974)**

Cap Inf RUI MIGUEL BRAZ EUSÉBIO

Cap Tm PEDRO MIGUEL MARTINS GRIFO (Coordenador)

Cap Art RICARDO FILIPE ALMENDRA LOPES

Cap AdMil RAQUEL SOFIA MOREIRA TOMÉ

Trabalho de Investigação de Grupo do CPOS Ex A/S 2014/2015

Orientadores:

Maj Inf TELMO LAU HING

Maj Cav JOSÉ PEDRO REBOLA MATALOTO

Pedrouços 2015



Agradecimentos

Findo o presente trabalho de investigação gostaríamos de manifestar o nosso apreço ao Major de Infantaria Telmo Lau Hing e ao Major de Cavalaria José Pedro Rebola Mataloto pela orientação do trabalho, aconselhamento na bibliografia a consultar, propostas de entrevistas, e pelas sugestões apresentadas que foram um contributo importante para a realização deste trabalho.

Ao senhor General Loureiro dos Santos, ao senhor Tenente-General Sousa Lucena, ao senhor Coronel Mourato Grilo e ao senhor Coronel Raúl Folques pela transmissão de conhecimentos resultantes da experiência vivida no Teatro de Operações de Angola, que foram uma importante mais-valia neste trabalho, assim como pela amabilidade e hospitalidade.

Ao Arquivo Histórico Militar pelo aconselhamento na pesquisa e cedência de material essencial neste trabalho de investigação.

À Biblioteca do Exército e à Biblioteca do Instituto de Estudos Superiores Militares pela disponibilidade, apoio na revisão bibliográfica e pela disponibilização do material bibliográfico necessário.

A todos o nosso sincero agradecimento.



Índice

Introdução.....	1
1. Base conceptual.....	4
2. A Ação Psicológica.....	10
a. Orientação estratégica.....	10
b. Doutrina, formação e treino.....	12
c. Estrutura organizacional.....	13
d. Atividades de Ação Psicológica.....	15
e. O papel do Comandante na condução da Ação Psicológica.....	17
f. Síntese conclusiva.....	18
3. Os Assuntos Cíveis.....	20
a. Orientação estratégica.....	20
b. Doutrina, formação e treino.....	23
d. Estrutura organizacional.....	26
e. Atividades de Assuntos Cíveis.....	27
f. O papel do Comandante na condução dos Assuntos Cíveis.....	27
g. Síntese conclusiva.....	29
Conclusões.....	31
Bibliografia.....	34

Índice de Anexos

Anexo A – Modelo Conceptual.....	Anx A-1
Anexo B – Modelo de Análise.....	Anx B-1
Anexo C – Entrevista ao General Loureiro dos Santos.....	Anx C-1
Anexo D – Entrevista ao Tenente-General Sousa Lucena.....	Anx D-1
Anexo E – Entrevista ao Coronel Mourato Grilo.....	Anx E-1
Anexo F – Entrevista ao Coronel Raúl Folques.....	Anx F-1

Índice de Figuras

Figura 1 - Enquadramento conceptual da A Psic.....	7
Figura 2 - Enquadramento das atividades de AssCiv com as missões do Exército.....	23
Figura 3 - Tipos de atividades de AssCiv.....	24
Figura 4 - Organização dos Comandos de unidade de AssCiv.....	26



Índice de Tabelas

Tabela 1 – Plano de Relações nos três tipos de apoio prestados pelos AssCiv	22
---	----



Resumo

O presente trabalho de investigação apresenta como tema “A Ação Psicológica e os Assuntos Cíveis no âmbito da função de combate Comando-Missão na campanha militar do Teatro de Operações de Angola (1961-1974)”, um assunto com reconhecido interesse para o Exército Português.

O objetivo principal é analisar a Ação Psicológica e os Assuntos Cíveis à luz da função de combate Comando-Missão e sob o ponto de vista das Forças Terrestres.

Para a elaboração do trabalho recorreu-se à metodologia da investigação científica utilizando o método dedutivo, apoiada em pesquisa bibliográfica e documental acerca desta temática, complementada com entrevistas a militares ex-combatentes.

Assim, conclui-se que as Forças Terrestres em geral, e os Comandantes em particular, desenvolveram uma atividade relevante através do emprego da Ação Psicológica e dos Assuntos Cíveis, como fator multiplicador do potencial de combate. Contudo, verificou-se que o essencial na contrassubversão é o controlo das populações, sendo somente possível através da unidade de esforços entre as Autoridades Cíveis e militares na condução dos Assuntos Cíveis e da Ação Psicológica.

Palavras-chave

Ação Psicológica, Ação Psicossocial, Angola, Assuntos Cíveis, Comando-Missão.



Abstract

This research work presents the theme "The Psychological Action and Civil Affairs under the context of the warfighting function mission command in Angola military campaign theatre of operations (1961-1974)", a subject with recognized interest for the Portuguese Army.

The main objective is to analyze the Psychological Action and Civil Affairs under the context of the warfighting function Mission Command and from the point of view of land forces. To produce this research work was followed the scientific research methodology using the deductive scientific method supported by bibliographic and documentary research about the theme, complemented by interviews made to military veterans.

We concluded that the land forces in general, and the commanders in particular, developed a significant activity in the employment of Psychological Action and Civil Affairs, as a multiplier factor of combat power. Although, it was found that the essential of counterinsurgency is the control of populations and it is only possible through the unity of effort between the civil authorities and the military in the conduct of Civil Affairs and Psychological Action.

Keywords

Angola, Civil Affairs, Mission Command, Psychological Action, Psychosocial Action.



Lista de Abreviaturas

A

AgrEng	Agrupamento de Engenharia
AJP	<i>Allied Joint Publication</i>
APsic	Ação Psicológica
AssCiv	Assuntos Cívicos

B

BCaç	Batalhão de Caçadores
------	-----------------------

C

Cap	Capitão
CCaç	Companhia de Caçadores
CCmds	Companhia de Comandos
CECA	Comissão para o Estudo das Campanhas de África
CEME	Chefe de Estado-Maior do Exército
CEng	Companhia de Engenharia
CIOE	Centro de Instrução de Operações Especiais
CIMIC	Cooperação Civil-Militar
Cor	Coronel
CPOS Ex A/S	Curso de Promoção a Oficial Superior do Exército Armas e Serviços

D

Div	Divisão
-----	---------

E

EME	Estado-Maior do Exército
EUA	Estados Unidos da América
Ex	Exército

F

FFAA	Forças Armadas
FT	Forças Terrestres
FTTO	Forças Terrestres do Teatro de Operações
FLNA	Frente de Libertação do Norte de Angola

G

GEP	Gabinete de Estudos e Planeamento
Gen	General



I

IAEM	Instituto de Altos Estudos Militares
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
M	
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola

O

OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
------	---

P

PD	Pergunta Derivada
PDE	Publicação Doutrinária do Exército
PelAssCiv	Pelotão de Assuntos Cíveis
PG	Prisioneiro de Guerra
PIDE	Polícia Internacional e de Defesa do Estado
PP	Pergunta de Partida

Q

QG	Quartel-General
QO	Quadro Orgânico

R

RC	Regulamento de Campanha
Rep	Repartição
RM	Região Militar
RMA	Região Militar de Angola

T

TCor	Tenente-Coronel
TIG	Trabalho de Investigação de Grupo
TO	Teatro de Operações

U

UPA	União dos Povos de Angola
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola

Z

ZIN	Zona de Intervenção Norte
ZML	Zona Militar Leste



Introdução

O presente Trabalho de Investigação de Grupo (TIG) apresenta como tema “A Ação Psicológica e os Assuntos Cíveis no âmbito da função de combate Comando-Missão na campanha militar do Teatro de Operações de Angola (1961-1974)”. Este assunto reveste-se de relevante importância, pelo facto de permitir estabelecer um paralelismo no modo como as Forças Terrestres (FT) empregaram a Ação Psicológica (APsic) e os Assuntos Cíveis (AssCiv) naquela época, comparando com a condução dos conflitos na atualidade.

Como forma de contextualizar o tema, importa perceber a razão pela qual a província ultramarina de Angola esteve mergulhada numa guerra subversiva no período entre 1961 e 1974, provocada por movimentos independentistas que seguiam ideologias leninistas-marxistas. Estes ideais surgiram com a Revolução Russa (1917) e foram potenciados com a criação da Sociedade das Nações (1919), após a Grande Guerra Mundial, visando essencialmente a necessidade de emancipação dos povos e a vontade de libertação dos continentes africano e asiático da presença colonial.

Perante este cenário, grande parte dos territórios colonizados, em África e na Ásia, através da ação dos movimentos independentistas e com o apoio da Sociedade das Nações, conseguiram obter a independência. Contudo, no início da década de 60, somente as províncias ultramarinas portuguesas e o Congo Belga, território vizinho de Angola, eram os únicos territórios no continente africano ainda não independentes. Nessa altura, Portugal como membro da Organização das Nações Unidas, sofria pressões externas, especialmente dos Estados Unidos da América e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, por ainda manter debaixo da sua jurisdição as províncias ultramarinas. Em 1961, o movimento independentista União dos Povos de Angola¹ (UPA), iniciou a guerra subversiva em Angola e Portugal teve que assumir o compromisso de defender as suas províncias. Em 1974, Portugal cedeu a essas pressões e concedeu a independência às suas províncias ultramarinas.

Posto isto, pretende-se com este estudo destacar a forma como as FT, inicialmente preparadas para poderem atuar em conflitos segundo uma doutrina convencional, viram-se obrigadas a desenvolver doutrina e técnicas de combate para atuar em ambiente subversivo. Aqui o emprego da APsic e dos AssCiv assume um papel determinante no cumprimento da missão.

¹ Existem referências de autores onde o acrónimo UPA diz respeito a União dos Povos de Angola (Afonso & Gomes, 2010, p. 862) ou União das Populações de Angola (Afonso & Gomes, 2010, p. 52), representando ambas o mesmo movimento subversivo.



Para além dos conceitos de APsic e AssCiv, colocou-se inevitavelmente a questão da importância do papel do Comandante na compreensão, visualização, descrição, direção, liderança e avaliação do Teatro de Operações (TO) tendo em conta a possibilidade de ter de operar num ambiente operacional onde existisse incerteza.

O objeto de estudo desta investigação é a “A Ação Psicológica e os Assuntos Cíveis no âmbito da função de combate Comando-Missão”. Todavia para estudarmos a problemática em questão é de igual forma importante a delimitação, confinando o estudo unicamente ao TO de Angola, no período de 1961 a 1974 e às FT.

Os objetivos gerais deste trabalho são analisar a APsic e os AssCiv no âmbito da função de combate Comando-Missão no TO de Angola (1961-1974), de acordo com a doutrina vigente na época, analisando o seu emprego e as alterações que foram sendo introduzidas ao longo deste período.

De forma a atingir o objetivo geral acima exposto, este estudo comporta os seguintes objetivos específicos:

- Descrever a orientação estratégica para a APsic e os AssCiv;
- Descrever a estrutura organizacional existente para a APsic e para os AssCiv;
- Descrever a doutrina, formação e treino vigente para a APsic e para os AssCiv;
- Descrever as atividades de APsic e AssCiv;
- Descrever o papel do Comandante na condução da APsic e dos AssCiv;

Para o desenvolvimento do presente TIG propõe-se a seguinte Pergunta de Partida (PP): ***De que forma as FT empregaram a APsic e os AssCiv no TO de Angola, entre 1961 e 1974 no âmbito da função de combate Comando-Missão?***

Com vista a atingir os objetivos específicos, propõem-se as seguintes Perguntas Derivadas (PD):

PD1: Como foi conduzida a APsic pelas FT no TO?

PD2: Como foram conduzidos os AssCiv pelas FT no TO?

A investigação apresenta a conjugação de conhecimentos teóricos e a aplicação dos mesmos a cenários reais. Neste sentido e tendo em conta os objetivos propostos, o percurso metodológico adotado seguiu o método dedutivo, de acordo com a publicação “Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação”, do Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), incidindo na pesquisa de documentação e recolha de dados acerca do tema. Na elaboração do trabalho utilizou-se como referência o estilo



Harvard-Anglia, recorrendo ao mecanismo de referenciação automática do processador de texto *Microsoft Word 2010*.

Durante a investigação procedeu-se à pesquisa de manuais doutrinários da época para construção do modelo conceptual, conforme Anexo A. Foram também consultados relatórios de APsic do TO de Angola, livros, revistas e informação disponível na internet relacionada com a temática, assim como a realização de entrevistas semi-diretivas a ex-combatentes. No final, efetuou-se uma análise da informação recolhida, apresentando as conclusões e a resposta à PP.

Conforme o índice, o trabalho encontra-se organizado e estruturado com uma introdução, seguida de três capítulos e as conclusões. De acordo com a organização referida, no primeiro capítulo é apresentada a base conceptual onde são definidos os conceitos importantes para a compreensão do trabalho. Seguidamente efetua-se uma análise da forma como a APsic foi empregue pelas FT no TO de Angola. No terceiro capítulo aborda-se a forma como foram empregues os AssCiv no TO de Angola. O estudo termina com a apresentação das Conclusões e a proposta de um possível estudo a seguir acerca da temática.



1. Base conceptual

O ambiente operacional continua a arrogar importância de cariz vital na prossecução das ações armadas durante um cenário de conflito. As capacidades bélicas, a eficiência na decisão e a vontade humana, configuram-se também como elementos ditadores na vitória militar. Contudo, de acordo com Santo (2009) e Coelho (2013), paralelamente aos aspetos enunciados, revê-se perante o cenário exposto, a importância dos conceitos de APsic e AssCiv como parte integrante nos conflitos. Cada vez mais, a interação entre a componente civil e o elemento militar (seja no âmbito do apoio civil ou através da APsic) permanece até hoje como uma possível solução para a resolução de contendas militares com particularidades específicas (Santo, 2014, p. 1).

Desta forma, procuramos ao longo deste capítulo, apresentar sucintamente os conceitos vigentes naquela época de guerra subversiva, APsic, Ação Psicossocial, AssCiv e Comando-Missão com vista a possibilitar uma melhor compreensão sobre o tema em análise.

Segundo o manual “O Exército na Guerra Subversiva”, elaborado pelo Estado-Maior do Exército (EME) na década de 60, entende-se por guerra subversiva “uma luta conduzida no interior de um dado território, por uma parte dos seus habitantes, ajudados e reforçados ou não do exterior, contra as autoridades de direito ou de facto estabelecidas, com a finalidade de lhes retirar o controle desse território ou de, pelo menos, paralisar a sua acção” (EME, 1966a, pp. I-1). Porém não se tratou de uma conceção única da doutrina militar portuguesa. Segundo o estudo elaborado por Alves (1992, p. 70), já Mao Tsé-Tung caracterizava a subversão como sendo um fenómeno progressivo, que se inicia do nada e se alastra com o objetivo de atingir o poder pela eliminação das autoridades vigentes. Este novo tipo de guerra gerou a necessidade de criar infraestruturas, doutrina e formação de quadros para o desenvolvimento de métodos inovadores para o combate². De acordo com Nunes (2002, p. 54) a “manobra de contra subversão implicava um processo de sistematização e de um esforço enorme e simultâneo nas ações de obtenção de informações, nas manobras de APsic, sobre a população, sobre o terreno e obviamente, na manobra militar”. Muitas das ações referidas visavam contrariar a APsic desenvolvida pelos movimentos subversivos, impedindo a propagação de uma guerra psicológica.

² Daqui resultou a criação do Centro de Instrução de Operações Especiais a 16 de abril de 1960, como a entidade responsável pela “formação através de cursos e estágios de caçadores especiais e estágios de contra-insurreição, foi ministrada instrução de contra-subversão, contra-guerrilha, operações de emboscada, golpe de mão, cerco e limpeza, acção psicológica e assuntos cíveis” (Exército Português, 2015).



De acordo com o mesmo manual, a guerra psicológica “está ligada aos meios e processos utilizados. É uma luta levada a efeito por um conjunto de meios e processos que têm por fim influenciar as opiniões, os sentimentos e as crenças dos homens – população, autoridades e Forças Armadas – e, portanto, as suas atitudes e o seu comportamento. Tem, pois, um carácter restrito, idêntico ao da guerra de gases ou da guerra económica, por exemplo. Além disso, é comum a todos os tipos de guerra, convencional, nuclear ou subversiva” (EME, 1966a, pp. I-3).

Importa salientar que no TO em estudo, as populações foram as principais visadas neste tipo de conflito. Segundo Garcia (2003, p. 40) os habitantes eram “fortemente pressionados pelas ações militares e psicológicas, quer de propaganda quer de contrapropaganda, de ambas as partes em confronto, vivendo um clima de insegurança permanente e passando grandes privações, entrando num estado de desequilíbrio psicológico, suscetível de conduzir ao dissociar do binómio população-guerrilha”. Foi com base nesta assunção que se desenvolveu o conceito de APsic. No volume III – “Ação Psicológica”, publicado em 1963, define-se APsic como a “ação que consiste na aplicação de um conjunto de diversas medidas devidamente coordenadas, destinadas a influenciar as opiniões, os sentimentos, as crenças e, portanto, as atitudes e o comportamento dos meios amigos, neutros e adversos, com a finalidade de: fortificar a determinação e o espírito combativo dos meios amigos; atrair a simpatia activa dos meios neutros; esclarecer a opinião de um e de outros, e contrariar a influência adversa sobre eles; modificar a actividade dos meios adversos num sentido favorável aos objectivos a alcançar. Podendo ser exercida, como se disse, sobre meios amigos, neutros e adversos, a acção psicológica pode ter como alvos: a população em geral, quer esta seja amiga, neutra ou simpatizante com o adversário; o inimigo; as nossas próprias tropas” (EME, 1963, pp. I-1). A aplicação deste conceito tinha como função estudar e circunscrever os métodos e sistemas de propaganda e contrapropaganda, para “acionamento de informação e formação da opinião pública no sector contra-subversivo” (Garcia, 2003, p. 51).

De acordo com a doutrina vigente a partir de 1963, a APsic pode ser efetuada através de três formas: propaganda, contrapropaganda e informação. A propaganda é o meio mais poderoso de influenciar a opinião pública, pretendendo impor as suas ideias e doutrinas nos indivíduos ou nos grupos. A contrapropaganda é a propaganda efetuada com a finalidade de rebater e de neutralizar a propaganda adversa. A informação é uma comunicação de notícias, factos, comentários e explicações, com o intuito de esclarecer os indivíduos e



fazê-los compreender o meio onde estão inseridos, quais os problemas reais para se poderem defender da propaganda do adversário (EME, 1963, pp. II-4).

Quando a APsic é exercida sobre o adversário, pretende-se fundamentalmente desmoralizá-lo, levando-o a capitular através da demonstração da sua impotência, insegurança e descrença no seu êxito, tanto na sua ação como na liderança e se possível levar a uma posterior colaboração ativa com as autoridades legais. Esta ação é conduzida essencialmente, sob a forma de propaganda e de contrapropaganda (EME, 1966a, pp. II-13).

Por último, a APsic sobre as FT visa “formar, manter e fortalecer o moral do pessoal e imunizá-lo contra os ataques psicológicos adversos”, preparando-o “para colaborar na APsic a exercer junto das populações e sobre o adversário” (EME, 1966a, pp. 15-16).

Simultaneamente, não podemos deixar de realçar a importância do conceito de Ação Psicossocial. Esta foi também, uma das mais importantes atividades levadas a cabo pelas FT no TO de Angola como forma de combater os movimentos subversivos, atuando psicologicamente sobre a população de forma a conquistar o seu afeto e a sua confiança, através da Ação Social. Por Ação Psicossocial entende-se “a acção a exercer sobre a população de um território onde se pretende levar a efeito uma luta contra a subversão, conduzida sob duas formas – acção psicológica e acção social – a segunda com a finalidade de apoiar a primeira (EME, 1966b, pp. I-2). A Ação Social é entendida como “a acção que consiste na aplicação de um conjunto de medidas de carácter assistencial, devidamente coordenadas, que, melhorando as condições de vida da população e elevando o seu nível cultural, contribuem para ganhar confiança dessa população e conquistar-lhes os corações; tem por finalidade essencial sensibilizar a população, de forma a torná-la mais receptiva à acção psicológica” (EME, 1963, pp. I-2).

Segundo a doutrina existente no início da década de 60, o “papel do Exército na acção psicológica engloba três campos:” a população, o adversário e as próprias tropas (EME, 1963, pp. II-1). Contudo, o emprego da APsic sobre a população e o adversário é determinado pelo escalão superior, enquanto a ação sobre as próprias forças é da sua exclusiva responsabilidade, encontrando-se devidamente integrada na orientação geral que foi definida. Segundo Oliveira (1962, p. 151), a APsic exercida sobre a população é de relevante importância para a sua conquista ou reconquista e conseqüentemente evitar o combate ao lado do adversário.

A APsic “a exercer pelas forças militares sobre a população podem distinguir-se três aspetos diferentes, embora na prática, todos eles se encontrem intimamente relacionados: a



acção psicológica, a acção social e a acção de presença” (EME, 1963, pp. II-3). A ação de presença consiste na “existência de forças militares numa determinada região”, limitando “a liberdade de acção do adversário” e protegendo “a população contra o aliciamento, a coação ou a represália por parte daquele” criando desta forma um ambiente seguro, tornando a população mais receptiva à APsic (EME, 1963, pp. II-7,8).

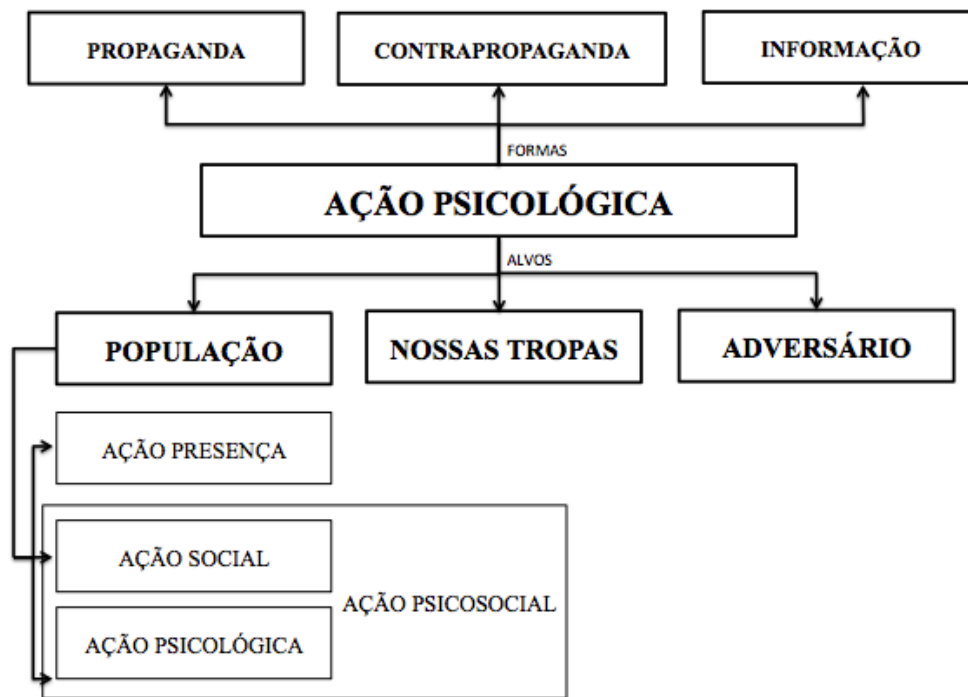


Figura 1 - Enquadramento conceitual da APsic.

Fonte: (EME, 1966a, pp. II-13)

Relativamente a outro dos conceitos em análise à nossa investigação, os AssCiv desempenharam identicamente um importante papel no desenvolvimento das ações no TO de Angola. Segundo o manual da “5ª Repartição - Assuntos Cíveis/Relações Públicas e Operações Psicológicas”, de 1976, do Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM), os AssCiv são definidos como “um conjunto de actividades de comando que abrangem relações entre forças militares, as Autoridades Cíveis e a população do próprio país (ou área), país amigo ou aliado e num país (ou área) ocupado, onde estejam presentes forças militares” (IAEM, 1976, p. 3). Estas atividades podem ser empregues praticamente em todo o espectro da guerra e em território nacional perante uma situação normal, nomeadamente o apoio às Autoridades Cíveis e a ação cívica e em tempo de guerra através do apoio de comando, apoio governamental e apoio interno (IAEM, 1982). Segundo Alves



(1992, p. 40), a subversão assenta numa ideologia política que se corporaliza à medida que se alcançam objetivos específicos com vista ao patamar principal, a mudança do poder. O tempo neste conceito não é um elemento essencial, até porque a vitória baseia-se fundamentalmente através do esgotamento das forças adversárias.

Foi com base na ligação entre as forças militares com as Autoridades Cíveis conjuntamente com a população, que autores como o Espírito Santo (2009) e Rodrigues Coelho (2013) entre outros, advogaram a importância que este tipo de matérias teve no decurso das operações nos TO das províncias ultramarinas.

Para melhor compreender a relação da APsic e dos AssCiv com a função de combate Comando-Missão teremos de explicar a sua origem e significado deste último conceito. Durante a Segunda Guerra Mundial, face ao avanço da tecnologia e da capacidade dos meios disponíveis aos mais baixos escalões, o exército alemão sentiu a necessidade de conferir maior capacidade de decisão aos Comandantes táticos, de forma a obter flexibilidade na condução das suas campanhas. Os alemães, inspirados nos prussianos (Citino, 2009, p. 170), utilizaram ordens tipo-missão, ou seja, ordens focadas na intenção do Comandante e na finalidade das operações, exigindo aos Comandantes das Unidades subordinadas maior iniciativa, concedendo-lhes maior liberdade e, conseqüentemente, maior responsabilidade (Wittman, 2012, p. 33).

Um outro conceito relacionado com o Comando-Missão é o Comando e Controlo (C2), que é essencial para concentrar o potencial de combate necessário, no momento e no local certos, a fim de cumprir a missão, através da execução correta das ordens do Comandante. Face à necessidade de compreender o ambiente operacional, que se torna cada vez mais complexo, houve a necessidade de centralizar o papel do Comandante. Contudo, tendo em conta a necessidade da contribuição dos escalões subordinados, para a continuidade das operações, tornou-se imperioso conceder-lhes maior liberdade de ação. Surgiu assim o Comando-Missão como “o exercício da autoridade e direção do Comandante através de ordens para proporcionar a iniciativa, de acordo com a sua intenção para preparar líderes ágeis e adaptáveis na condução de operações em todo o espectro” (Exército Português, 2012, pp. 3-3).

Em 2012, com a elaboração da “Publicação Doutrinária do Exército (PDE) 03-00 Operações”, o Comando-Missão, constituído como função de combate, substituiu o C2. Esta nova publicação veio ajustar as lições aprendidas definindo a função de combate Comando-Missão da seguinte forma: “desenvolve e integra todas as atividades que



proporcionam ao Comandante equilibrar a arte de comando e a ciência do controlo” (Exército Português, 2012, pp. 2-25).

Segundo a PDE 03-00, “para garantir o cumprimento da missão em todo o espectro das operações o Comandante: dirige o processo operacional; compreende, visualiza, descreve, dirige, lidera e avalia as operações; desenvolve equipas configuradas em função das missões e tarefas a desempenhar; conduz as atividades de informação e influência” (AII) (Exército Português, 2012, pp. 3-3). É no âmbito da condução das AII que hoje se considera fundamental ao Comandante possuir certas capacidades, nomeadamente Operações Psicológicas e a Cooperação Civil-Militar (CIMIC).

No capítulo seguinte do trabalho propomo-nos analisar a APsic no TO de Angola, entre 1961 e 1974 sob o ponto de vista das FT no âmbito da função de combate Comando-Missão.



2. A Ação Psicológica

De acordo com a pesquisa efetuada, verificámos que a publicação da Organização do Atlântico Norte (OTAN), *Allied Joint Publication (AJP) – 3.10.1 – Psychological Operations*, de 2014, caracteriza estruturalmente a dimensão psicológica e a dimensão física num conflito de forma equivalente em termos de importância. Porém, não se trata de um facto novo, visto que é comum tomarmos qualquer conflito como o resultado de uma oposição de vontades, existindo em primeira instância na mente das pessoas e posteriormente no espaço de batalha. Desta forma, o domínio da dimensão psicológica sobre a população, as nossas forças e o inimigo assume-se como peça fundamental para o desfecho de qualquer conflito, sendo necessário compreender a motivação dos públicos-alvo (NATO, 2014, pp. 1-2).

Também o manual “Exército na Guerra Subversiva”, no seu volume III “Acção Psicológica”, de 1963, refere a importância da dimensão psicológica tendo em conta a existência de “questões psicológicas em qualquer tipo guerra” (EME, 1963, p. VI).

É com base nestes princípios que nos propomos a uma análise fundamentada do emprego da APsic no TO de Angola pelas FT, num dos momentos mais marcantes da História Contemporânea portuguesa.

a. Orientação estratégica

Tal como vimos anteriormente, a APsic foi desenvolvida com o intuito de influenciar as atitudes e o comportamento dos indivíduos. No entanto, não se tratou de um processo instantâneo. De acordo com a investigação realizada, verificou-se inicialmente, que as ideias e as práticas vigentes sobre APsic alicerçavam-se sobre uma base empírica consoante a maior ou menor experiência dos Comandantes³ em lidar com este tipo de matérias (CECA, 2006a, p. 231).

Contudo, e fruto das especificidades do conflito em análise, o EME procurou preencher as lacunas verificadas nesta área. Foi com base na Diretiva N° 2/1965, de APsic que se iniciou todo o processo de estudo, coordenação, direção e impulsão de uma atividade que irá alterar grande parte do processo doutrinário vigente (CECA, 2006a, p. 231). No que respeita à aplicação prática a realidade acabou por ser muito diferente.

³ De acordo com o TGen Sousa Lucena (Anexo D), em 1961, o planeamento e a execução das atividades de APsic eram realizados de forma empírica, ficando ao livre arbítrio, experiência e conhecimentos de cada Comandante de Companhia.



Segundo o TGen Sousa Lucena (Anexo D), no início do conflito, em 1961, a APsic era conduzida por iniciativa do seu Batalhão, não tendo conhecimento de diretivas superiores que orientassem o planeamento e emprego da Unidade. Também o Cor Raúl Folques (Anexo F) referiu que não teve qualquer conhecimento das diretivas de APsic durante as três comissões de serviço que cumpriu em Angola.

Porém, fruto dos ensinamentos adquiridos no campo da APsic, quer pela frequência de estágios realizados na Argélia, quer pela própria experiência adquirida nas províncias ultramarinas, foi difundida em 1964 pelo EME, a Diretiva Inicial de APsic⁴. Este documento orientador determinava às Regiões Militares (RM) das províncias ultramarinas a elaboração de relatórios de APsic periódicos e o seu envio para a 2ªRep/EME. Estes relatórios tinham como objetivos:

- Expor o estado de espírito das nossas tropas (reações, ideias, anseios e opiniões);
- Obter informações relevantes sobre o adversário;
- Reforçar e coordenar toda a ação que já tinha sido executada nesta área.

Contudo, em 1965, foi difundida a Diretiva Nº 2 pela 2ªRep/EME com a intenção de esclarecer conceitos da Diretiva inicial, acrescentando essencialmente duas ideias chave:

- A APsic em Angola deveria recair nas responsabilidades dos governos provinciais;
- As Autoridades Cíveis deveriam de forma similar exercer APsic, não sendo esta exclusiva das FFAA.

A Diretiva Nº 2 atribuía também a responsabilidade para conceber, dirigir, impulsionar e coordenar as atividades de APsic nas províncias ultramarinas ao respetivo Comandante-Chefe. Na ausência desse, seria centralizada na 2ªRep/EME (CECA, 1998, p. 505).

Relativamente ao plano político e de acordo com os dados obtidos, a orientação da APsic a este nível, derivava de diretivas nacionais emanadas pela Metrópole, nomeadamente pelo Gabinete da Presidência do Conselho⁵ ou de despachos conjuntos.

⁴ Na entrevista realizada ao TGen Sousa Lucena (Anexo D) foi facultada uma cópia da Diretiva Inicial de APsic da 2ªRep/EME de 6 de maio de 1964.

⁵ A 15 de Novembro de 1972 foi publicada a Diretiva Nacional Nº3/73, com o objetivo de prover não só aos ministérios como também aos restantes ramos das FFAA instruções no âmbito da APsic.



b. Doutrina, formação e treino

No que respeita à doutrina relativamente ao emprego de forças, esta era desenvolvida de forma independente por cada Estado-Maior e pelos Quartéis-Generais (QG) das províncias ultramarinas. Todavia, com a adesão de Portugal na OTAN obrigou a adoção das normas pré-estabelecidas pela Aliança.

Perante o cenário apresentado, facilmente se concluiu que se estava diante de um processo doutrinário que não era adequado⁶ à forma de emprego das FFAA no combate à subversão (Afonso & Gomes, 2010, p. 176).

Segundo o TGen Sousa Lucena (Anexo D), no final da década de 50, o Exército Português destacou para a Argélia uma comitiva constituída por seis oficiais, com o intuito de recolher lições acerca da experiência obtida pelas tropas francesas na guerra subversiva travada nesse país.

Com vista a ampliar os conhecimentos na área, foram também convidados diversos palestrantes para discursar no IAEM acerca da temática da guerra subversiva, nomeadamente, o Tenente-Coronel Montgomery, do Exército inglês, com a finalidade de partilhar experiências e desta forma contribuir para o enriquecimento do conhecimento no Exército Português (Montgomery, 1959, p. 4). Deste conjunto de iniciativas resultou a elaboração do manual escolar “Apontamentos para o emprego das forças militares em Guerra Subversiva”, dando origem à publicação, em 1963, do manual de doutrina⁷ “O Exército na Guerra Subversiva” (Afonso & Gomes, 2010, pp. 176-177).

No campo da formação e treino, criou-se o Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOE) em Lamego, tendo como missão preparar forças ”para a luta contraguerrilha, ação psicológica e operações especiais”. No IAEM atualizou-se o Curso de Estado-Maior através da inclusão no currículo de uma disciplina de guerra subversiva (Afonso & Gomes, 2010, p. 20). A 2ªRep/EME, em 1968, publicou o caderno “Instrução de Acção Psicológica na Escola de Recrutas” que constitui uma coleção completa de fichas de instrução acerca da APsic, de forma a facilitar a compreensão dos recrutas sobre a temática (EME, 1968).

Foi com base nos vários processos enunciados que se tornou possível atuar psicologicamente sobre as populações, anulando pelos factos a propaganda inimiga junto

⁶ Visto que, a maioria das forças encontravam-se desenhadas especificamente para operações convencionais na Europa (Afonso & Gomes, 2010, p. 176).

⁷ Da referida publicação fazem parte cinco volumes, de onde se destaca o volume III – “Acção Psicológica” que constitui uma obra completa para a preparação e condução da APsic pelo Exército na guerra subversiva.



das mesmas. Com a manobra psicológica referida foi possível obter maior cooperação no desenvolvimento socioeconómico no TO, redundando no aumento das apresentações de elementos pertencentes aos movimentos subversivos e da população que tinha fugido para as matas (Garcia, 2003, p. 77).

c. Estrutura organizacional

A estrutura organizacional de APsic no TO de Angola foi evoluindo durante a guerra. Segundo o TGen Sousa Lucena (Anexo D), a Diretiva Inicial de APsic do EME atribuía à 2ªRep/EME a responsabilidade de estudar, dirigir, impulsionar e coordenar a APsic relativa às FT e determinava ainda que o oficial responsável pela APsic fosse o conselheiro técnico dos Comandantes para as operações psicológicas. A nomeação dos oficiais de APsic para os QG das RM devia recair, de preferência, num oficial superior que prestasse serviço nessa Repartição ou então no chefe da 2ªRep. Quanto às Unidades e estabelecimentos militares, o oficial de APsic deveria ser sempre do Quadro Permanente, oficial superior ou Capitão, e na falta de oficiais nessa unidade poderia acumular funções. A 2ªRep/EME tinha como objetivo fornecer o máximo de contributos necessários aos esclarecimentos de questões solicitadas pelas RM e ao mesmo tempo adotar as medidas no domínio da APsic definidas superiormente. Ao Comandante-Chefe das províncias ultramarinas foi dada a responsabilidade do cumprimento das diretivas relativas à APsic. Uma dessas medidas visava a elaboração de relatórios periódicos mensais por parte dos QG das RM. Por sua vez, as Unidades ou estabelecimentos militares subordinados enviavam os seus relatórios conforme a data fixada pelas RM (EME, 1964).

Em Novembro de 1965, o EME difundiu a Diretiva Nº 2 de APsic, onde previa a criação de Secções de APsic nas 2ªRep dos QG das RM. Era intenção do EME desenvolver a APsic através da informação, atuando essencialmente no campo das ideias através das palavras e das imagens, considerando que é possível moldar opiniões, atitudes e contribuir para uma força moral mais robusta. Além da informação, o EME “preconizava que a APsic deveria ainda levar a efeito atividades de contrapropaganda, educação moral, educação cívica e educação militar no sentido de desenvolver o seu espírito de corpo, a disciplina, conceito de unidade, espírito combativo, culto de honra militar e, ainda, instrução sobre a própria APsic” (CECA, 2006a, p. 233). Perante a necessidade latente da criação de uma Secção de APsic autónoma e o facto de não terem sido aprovados os Quadros Orgânicos (QO) propostos pela 2ªRep, foi criado no QG da Região Militar de Angola (RMA) o Gabinete de Estudos e Planeamento (GEP), aprovado por despacho do Ministro do



Exército, de Junho de 1966 (CECA, 2006a, pp. 235,236). Posteriormente, em 1969, foi efetuado pela 2ªRep/EME um estudo propondo a criação de um Órgão de APsic composto por quatro Secções, que assentava em cinco condições:

- Aprovação do QO dos órgãos da APsic dos QG e posterior elaboração e publicação por parte da 3ªRep/EME;
- Aprovação do QO proposto até ao escalão Batalhão;
- Aprovação das funções gerais dos referidos órgãos;
- Aprovação da 5ªRep de APsic;
- Preenchimento do QO por fases.

Foram aprovadas somente as primeiras quatro condições, pelo Ministro do Exército, o que mais uma vez se constata que a APsic em Angola fez-se com grandes dificuldades devido a falta de efetivos, dificultando o cumprimento da sua missão específica (CECA, 2006a, pp. 240-241).

Em 1972, foi solicitado pelo QG/RMA ao chefe da 2ª Rep/EME o preenchimento efetivo dos QO já previstos das Secções de APsic dos Batalhões e das Companhias, para o desempenho exclusivo das suas missões, visto que as funções relacionadas com APsic nos Batalhões e nas Companhias vinham até então sendo desempenhadas em acumulação. No QO de pessoal do Batalhão estava prevista uma Secção de APsic, constituída por um Chefe (Subalterno), um Sargento de APsic, um auxiliar do serviço religioso (Praça) e um Intérprete (Praça). Quanto ao QO da Companhia, esta previa uma Equipa de APsic, composta por um Comandante (Sargento), um Auxiliar (Praça) e um Intérprete (Praça). Em termos de quantitativos, eram necessários 68 Subalternos e 68 Sargentos nos QO dos Batalhões, mas a 3ªRep/EME entendeu que se deveria manter o procedimento, isto é, a acumulação de funções dos Subalternos e dos Sargentos (QG/RMA, 1972). Segundo os entrevistados, estes QO eram inspirados nas Unidades escalão Companhia francesas que atuaram na Argélia.

A partir de 1970, com o estabelecimento da “Estrutura de Contra-Subversão” na RMA, criou-se a designada 5ª Rep (APsic e AssCiv) ao nível do Comando-Chefe das FFAA em Angola⁸, com o intuito da elaboração de um plano geral da atividade de APsic em todo o TO de Angola (CECA, 2006a, p. 250).

⁸ Aos níveis inferiores, também foram criadas Repartições de APsic e AssCiv, e também a níveis inferiores nomeadamente nas Zona Militar Leste.



d. Atividades de Ação Psicológica

Relativamente às atividades desenvolvidas, estas podiam ser conduzidas sobre a população, as nossas tropas ou o adversário na forma de propaganda, contrapropaganda ou informação e podiam ser materializadas através de processos auditivos, visuais ou mistos (EME, 1963, pp. I 1-17). Eram ainda desenvolvidas atividades no âmbito da Ação Psicossocial.

A propaganda visual foi utilizada recorrendo a variados meios, nomeadamente, cartazes expostos nas aldeias, panfletos distribuídos ou largados de avião, quer sobre a população, quer sobre as possíveis localizações inimigas⁹. Ao nível dos processos auditivos, utilizaram-se aviões e viaturas com altifalantes, rádios que também serviam este propósito e eram ainda complementados por disseminação de músicas e cantos. Contudo, as conversas¹⁰ eram a técnica mais simples e generalizada do processo auditivo. A conjugação destes dois meios, na mesma ação, materializava o processo misto da propaganda (CECA, 2006a, p. 238).

Relativamente à contrapropaganda, as técnicas são idênticas e os processos utilizados são os mesmos da propaganda, pois rege-se pelos mesmos princípios apesar da finalidade ser diferente. Estas atividades de contrapropaganda utilizadas pelas FT destinavam-se a neutralizar a propaganda adversária (CECA, 2006a, pp. 259-261).

No âmbito da informação, ao nível provincial, foi criado em Agosto de 1966 o “Jornal da RMA”, “contendo notícias e artigos de informação e formação para cimentar um traço de união entre todos os militares em Angola” (CECA, 2006a, p. 236), obtendo excelentes resultados¹¹. Foi também difundido o programa radiofónico “A Hora do Soldado”, emitido pela Rádio Clube de Angola, com uma aceitação enorme. Localmente, nasceram dezenas de “Jornais de Unidade” alimentados pelas Unidades táticas. Neste período ainda se incluía na informação os Serviços de Informação e Relações Públicas Militares para ligação à Imprensa e Rádio Cível (CECA, 2006a, p. 252).

Embora hajam registos de atividades realizadas em diferentes campos e formas de APsic, os relatórios revelam sobretudo atividades no âmbito da Ação Psicossocial sobre a população. Esta forma de atuação implicava a realização de ações dinâmicas, dado que a “luta em África não podia ganhar-se sem a confiança das populações e que isso passaria

⁹ Foi criada uma secção de publicações que produziu cerca de 37000 cartazes e 45000 panfletos, só em 1967.

¹⁰ Que podiam tomar a forma de palestras, discussões ou simplesmente boatos orientados.

¹¹ Logo o primeiro número teve uma excelente aceitação, com uma tiragem de 7500 exemplares.



também pela resolução das suas mais prementes necessidades e desejos” (CECA, 2006a, p. 242).

Segundo a informação presente nos relatórios de Ação Psicossocial, elaborados pelo QG/RMA, constatou-se por parte de algumas Unidades militares uma nítida necessidade de interação com as populações e as Autoridades Administrativas das zonas atribuídas. Para tal, foram elaboradas medidas com o objetivo de responder a tais carências, nomeadamente projetos e planos de Ação Psicossocial nas seguintes áreas: apoio médico-sanitário, moral e religioso, social e cultural, recreativo e educacional e económico (QG/RMA, 1963, p. 1).

No que diz respeito às ações de apoio médico-sanitário, as FT conduziram campanhas de vacinação, tratamentos clínicos e evacuação de doentes graves¹² utilizando meios militares. Constatou-se também que mesmo com a falta de médicos e enfermeiros em algumas áreas, a assistência sanitária prestada à população revelou-se o método mais eficaz para conquistar a confiança dos nativos (QG/RMA, 1963, pp. 6-7).

No âmbito moral e religioso foram realizados questionários e inquéritos, permitindo às FT recolher informações acerca da influência exercida por parte de determinadas seitas religiosas nas populações. Através desta atividade conseguiu-se desenvolver ações por forma a contrariar eficazmente a expansão de um clima de fanatismo cada vez mais difícil de controlar (QG/RMA, 1963, p. 1).

No que se refere à elevação do nível social e cultural da população, foram editados jornais de parede ou apenas publicações, destinados simultaneamente aos nossos militares e à população¹³. Produziram-se também programas musicais, reportagens fotográficas e filmes que foram enviados para as Unidades para exibição local ao público geral (CECA, 2006a, p. 237).

Ao nível da assistência educacional e recreativa, várias foram as Unidades que contribuíram ativamente para colmatar carências que se faziam sentir no seio das comunidades. Foi através da criação de escolas, fornecimento de material e até mesmo o apoio ao ensino com monitores militares, que muitos dos locais aprenderam a ler e escrever, assim como a trabalhar em áreas da serralharia e carpintaria (QG/RMA, 1963, pp. 11-12). A realização de competições desportivas e de espetáculos (cinema e o teatro)

¹² A evacuação era efetuada para postos sanitários e estabelecimentos hospitalares.

¹³ Onde se focavam os seguintes temas: recreativos (anedotas, palavras cruzadas, desporto); informativos (festas, paradas); slogans; artigos curtos historiando uma ação ou um aspeto da vida militar; factos relacionados com as autoridades metropolitanas, com forças destacadas na província e outros elementos de qualquer índole que visem essencialmente levantar o moral das tropas (QG/RMA, 1962b, p. 3).



permitiu também uma maior aproximação entre os militares e as populações nativas (QG/RMA, 1962a, p. 3).

Em relação à assistência económica, as FT por intermédio de estímulos ao cultivo de plantações, alertando os nativos para os resultados financeiros que daí poderiam advir, contribuíram para a melhoria do seu nível de vida. Também ao nível das infraestruturas, as FT construíram pontes, estradas e habitações para o desenvolvimento da província ultramarina (QG/RMA, 1963, pp. 13-14).

e. O papel do Comandante na condução da Ação Psicológica

No âmbito do Comando-Missão, a APsic é uma capacidade tributária quer para a informação quer para a influência do Comandante.

O Comandante desenvolve APsic na sua zona de ação, influenciando a população e recolhendo informações junto da mesma. O produto desta ação desencadeada pelo próprio Comandante resultava na possibilidade de manobrar as suas companhias de forma mais segura. Segundo o Cor Grilo (Anexo E), é exemplo disso a Companhia de Engenharia 2580, que fruto da natureza da sua missão¹⁴, muito ligada à APsic, sentia junto da população um carinho especial e por parte dos guerrilheiros, um estatuto diferente¹⁵, gozando de uma liberdade de ação ímpar.

O contributo do Comandante revelou-se fundamental para o sucesso desta atividade. A sua iniciativa, criatividade e bom senso, dado que a doutrina era escassa, principalmente no início do conflito, seriam características essenciais ao seu perfil (Montgomery, 1959, p. 21). Até 1963, a doutrina nacional era quase nula e a condução destas ações encontravam-se orientadas segundo as ideias do Comandante tático. Contudo, não era só o Comandante que teria uma tarefa importante, o contacto com a população existia desde o Soldado. A população via cada Soldado como um representante das FT, pelo que todos os militares deveriam saber exatamente a tarefa e finalidade de cada operação. Para isso, o Comandante teria de difundir ordens tipo-missão, aos escalões subordinados.

Outro aspeto deveras importante para o Comandante diz respeito ao controlo dos seus militares. Segundo o TGen Sousa Lucena (Anexo D), quando o inimigo está entre a

¹⁴ A missão da Companhia de Engenharia 2580, comandada pelo então Capitão Mourato Grilo (Anexo E), tinha como missão abrir picadas (estradas) no seio das florestas tropicais no Norte de Angola.

¹⁵ Na entrevista, o Cor Mourato Grilo (Anexo E) conta que por vezes sentia que havia alguém nas matas mas no entanto a sua Companhia nunca sofreu uma emboscada ou encontrou minas no seu caminho (incidentes que eram frequentemente sofridos por outras Unidades), mesmo operando nas zonas mais perigosas de Angola.



população, torna-se muito difícil identificá-lo. Por isso, a população era passível de ser vista pelos militares como inocentes ou como subversivos, sendo que o apoio que lhe prestávamos poderia ser mal interpretado por alguns militares portugueses, principalmente depois das primeiras baixas.

De acordo com o TGen Sousa Lucena (Anexo D), cabia ao Comandante manter um ascendente sobre os seus homens de forma que não houvesse represálias à população depois de ataques às nossas tropas, tendo a informação descendente um valor acrescido. Eram frequentes as reuniões entre o Comandante de Batalhão e os seus subordinados. Nos escalões superiores, os relatórios da A Psic constituíam-se como uma ferramenta essencial ao controlo desta atividade.

f. Síntese conclusiva

Assim, foi possível constatar que as FT, a partir do final da década de 50, tiveram a preocupação de iniciar o processo de elaboração de doutrina. Este foi desencadeado com a possibilidade de terem que enfrentar um cenário de guerra subversiva nas províncias ultramarinas e baseou-se nas experiências de outros países para se prepararem convenientemente. Em 1963, foi publicada a primeira edição do manual “O Exército na Guerra Subversiva”, cujo terceiro volume versa sobre A Psic, constituindo uma obra muito completa. Contudo, verificou-se que, na prática, as FT conduziram inicialmente a A Psic de forma muito incipiente, deixando-a ao livre arbítrio de cada Comandante. Através das entrevistas realizadas pôde-se constatar que embora as FT dispusessem de doutrina respeitante à A Psic, esta era do desconhecimento de alguns militares, limitando à partida o seu emprego.

Ao nível da orientação estratégica, esta foi executada através da difusão de diretivas e planos de A Psic aos vários níveis. Desta forma, foi possível orientar o esforço da manobra psicológica no sentido desta ser ajustada às necessidades, possibilitando também a unidade de esforços entre as FT e as Autoridades Cíveis. Na área da A Psic também estas passaram a ser corresponsáveis pela sua coordenação e execução.

Ao nível organizacional, a criação de estruturas e órgãos de A Psic possibilitou a especialização e aconselhamento nesta área até ao escalão Companhia, onde estava prevista uma Equipa de A Psic. Porém, a falta de efetivos para os QO constituiu um entrave à consolidação da estrutura de A Psic no TO, e o facto das funções relacionadas com A Psic serem geralmente realizadas em acumulação.



Relativamente às atividades de APsic, as que mais se destacaram foram no âmbito da Ação Psicossocial. As FT prestaram apoio sanitário, assistência escolar, assistência religiosa, assistência profissional entre outras, permitindo conquistar a confiança das populações e desta forma deixá-las mais imunes às ações dos movimentos subversivos.

A APsic constituiu-se como uma atividade fundamental para o Comandante, no âmbito da informação e da influência. Esta capacidade, sendo bem dirigida, contribuía para o apoio da população e, conseqüentemente, para a segurança das FT e o cumprimento da missão. No entanto, exigia por parte do Comandante uma responsabilidade acrescida e o desempenho de uma liderança adequada à situação.



3. Os Assuntos Cíveis

A importância do papel da população, tem vindo a ser legitimada nos múltiplos cenários de conflito. Porém, este reconhecimento não configura um facto novo na cultura militar portuguesa. O período de insurreição vivido no final da década de sessenta nas províncias ultramarinas, permitiram às FT a obtenção de conhecimentos e de práticas no relacionamento com a população autóctone (Santo, 2009, p. 2).

No caso específico de Portugal, o cenário inicialmente deparado pelas nossas forças nas províncias ultramarinas, revelou a falta de experiência na colaboração com as Autoridades Cíveis e população, algo que já havia acontecido noutros exércitos¹⁶ em conflitos anteriores.

Para tal, foi desenvolvido um conjunto de atividades de apoio às populações, com o objetivo de subtrair a influência dos movimentos subversivos. A essas atividades denominou-se de AssCiv, cuja apresentação iniciaremos de seguida.

a. Orientação estratégica

Tal como vimos anteriormente, com a evolução do conflito nas províncias ultramarinas, houve a necessidade de se aprofundar o conhecimento em torno da subversão. O objetivo do conhecimento previamente referido, passaria pela conceção de estratégias e táticas que permitissem contrariar as capacidades das forças opositoras, bem como a influência sobre população local. De acordo com Hing (2010, p. 5) “embora estivesse em causa a defesa e manutenção das províncias ultramarinas, a manobra militar só por si não conduziria ao sucesso”, existindo a necessidade da criação de um modelo que habilitasse a interação angular entre as FT, Autoridades Cíveis e a população.

No entanto, o processo foi moroso¹⁷ no que se refere à implementação nos primeiros anos do conflito no TO de Angola¹⁸, possivelmente até inexistente segundo os entrevistados. Para suprimir lacunas identificadas foram desenvolvidas formas de atuação, nomeadamente o Apoio às Autoridades Cíveis. Um dos processos aplicados foram os AssCiv.

¹⁶ Nomeadamente, os EUA no Vietname e a França na Argélia.

¹⁷ “Em toda a área se procuram mais contatos e melhor colaboração com as Autoridades Administrativas...As últimas jornadas de apoio dos domingos já tiveram a assistência e a colaboração das Autoridades Cíveis e esperamos que de futuro o espírito de colaboração se vá fortalecendo.” (QG/RMA, 1963, p. 4).

¹⁸ Como veremos mais à frente.



De forma geral, segundo o manual “O Exército na Guerra Subversiva”, volume IV – “Apoio às Autoridades Cíveis”, os AssCiv tinham como finalidade garantir o livre exercício de funções pelas autoridades estabelecidas, o funcionamento das instituições e dos serviços e a salvaguarda das pessoas e bens.

Grande parte das finalidades expostas, deveriam estar presentes não só na consciência dos comandos de todos os escalões, como também efetivar-se no seio dos espaços populacionais (EME, 1966c, p. 1). Relembre-se que “as Campanhas no Ultramar de 1961-1974, desde o início, revelaram-se como uma luta que exigia uma relação muito próxima e coordenada, entre as FFAA, as Autoridades Administrativas e as populações, para que os movimentos subversivos não tivessem margem de manobra para desenvolver as suas actividades” (Hing, 2010, p. 5).

De acordo com Cann (1998, p. 125), os aldeamentos indígenas materializavam verdadeiros espaços concentracionários de produção de violência, fruto do aglomerado de população em fuga à guerra. Este facto acabou por afetar gravemente as relações familiares cuja lógica assentara sempre no território, criando problemas de acessos a recursos¹⁹.

Foi com base em problemas desta natureza que se procurou desenvolver uma moldura conceptual de forma a permitir às FT enquadrar as várias missões atribuídas. No que se refere aos AssCiv e dada a sua extensa abrangência, houve a necessidade de compartimentar os mesmos num quadro metodológico de exposição, designadamente: os AssCiv num TO, os AssCiv em Território Nacional (em tempo de paz mas em situações de emergência) e os AssCiv em Território Nacional (em situação normal) (IAEM, 1976, pp. 3-9).

Segundo os pontos apresentados importa referir que cada um detém particularidades próprias, no entanto e tendo em conta a especificidade da nossa investigação, observaremos unicamente os AssCiv num TO (IAEM, 1976, p. 3).

No campo dos AssCiv no que concerne ao TO de Angola, estes decorriam da relação entre a população civil, as Autoridades Cíveis e as forças militares resultando no desempenho de certas funções onde até então era exclusivamente da responsabilidade do governo local. As suas ações encontravam-se divididas em três planos: apoio às operações militares, apoio às Autoridades Cíveis e a população e ao Governo Militar (IAEM, 1976, pp. 4-5).

¹⁹ Sobretudo à saúde e à água.



Em cada plano considerava-se estabelecido um conjunto de diretivas no qual se traduziria posteriormente a circunstâncias específicas onde as atividades de AssCiv lograriam com a sua aplicação.

Para melhor compreensão apresenta-se seguidamente a tabela 1, respeitante ao Plano de Relações.

Tabela 1 – Plano de Relações nos três tipos de apoio prestados pelos AssCiv

Fonte: (IAEM, 1976, p. 4)

Apoio às Operações Militares	<ul style="list-style-type: none">- Evitar ou diminuir ao mínimo a interferência da população nas operações militares (deslocados, refugiados, evacuados, etc.)- Aproveitamento dos recursos locais para as operações militares, tais como a salvaguarda, a mobilização e utilização de meios locais, mão-de-obra, abastecimento, etc.	<p>Necessidades (As atividades de AssCiv podem ser tornar-se necessárias):</p> <ul style="list-style-type: none">- Em caso de operações militares em áreas altamente desenvolvidas com complexas estruturas políticas, económicas e sociológicas, ou em áreas subdesenvolvidas;
Apoio às Autoridades Cíveis	<ul style="list-style-type: none">- Execução, pelas forças militares, de certas funções ou o exercício de certa autoridade normalmente da responsabilidade do Governo Civil.- Apoio às autoridades cíveis, a seu pedido, com vista a assegurar: o livre exercício pelas autoridades cíveis; o funcionamento das instituições e dos serviços; a salvaguarda das pessoas e dos bens.- Assistência e apoio às Autoridades Cíveis e à população no âmbito do fomento de bem-estar e proteção civil.	<ul style="list-style-type: none">- Em territórios devastados em caso de uso ilimitado de armas BQR ou convencionais ou por catástrofes.- Em ambiente de guerra de guerrilhas.
Apoio ao Governo Militar	<ul style="list-style-type: none">- Território ocupado, tomando uma forma de administração através da qual o poder ocupante executivo, legislativo e judicial nesse território.- Território nacional, com declaração de estado de sítio, quando as autoridades militares ficarem investidas na plenitude das funções das Autoridades Cíveis.	<ul style="list-style-type: none">- Em caso de “estado de sítio” determinado por invasão do território nacional ou de necessidade de assistência militar em situação de emergência interna.

Com a implementação do Plano de Relações tornar-se-ia viável “conquistar mentes e corações, promover o desenvolvimento e melhorar as condições de vida das populações, fortalecendo o tecido social e instituições democráticas” (Santo, 2009, p. 2). De acordo com Menezes (2012, p. 23) a conjugação das operações militares com esta tipologia de atividades permitia “uma ação coordenada e muito íntima entre as Forças Armadas, as Autoridades Administrativas e as populações, uma atenta vigilância na retaguarda e uma interação perfeita das ações diplomáticas, económicas, psicológicas, informações e militar”.



b. Doutrina, formação e treino

No que concerne à doutrina, os AssCiv foram adaptados às missões das FT, permitindo a sustentação e desenvolvimento de ações para o cumprimento dos objetivos definidos. Como exemplo apresentamos o esquema pré-definido no manual “5ª Repartição - Assuntos Cíveis/Relações Públicas e Operações Psicológicas”, no qual se identifica claramente as áreas em questão onde as atividades cíveis se enquadram (IAEM, 1976, p. 10). Referimo-nos à colaboração do regular funcionamento das instituições e do desenvolvimento nacional.

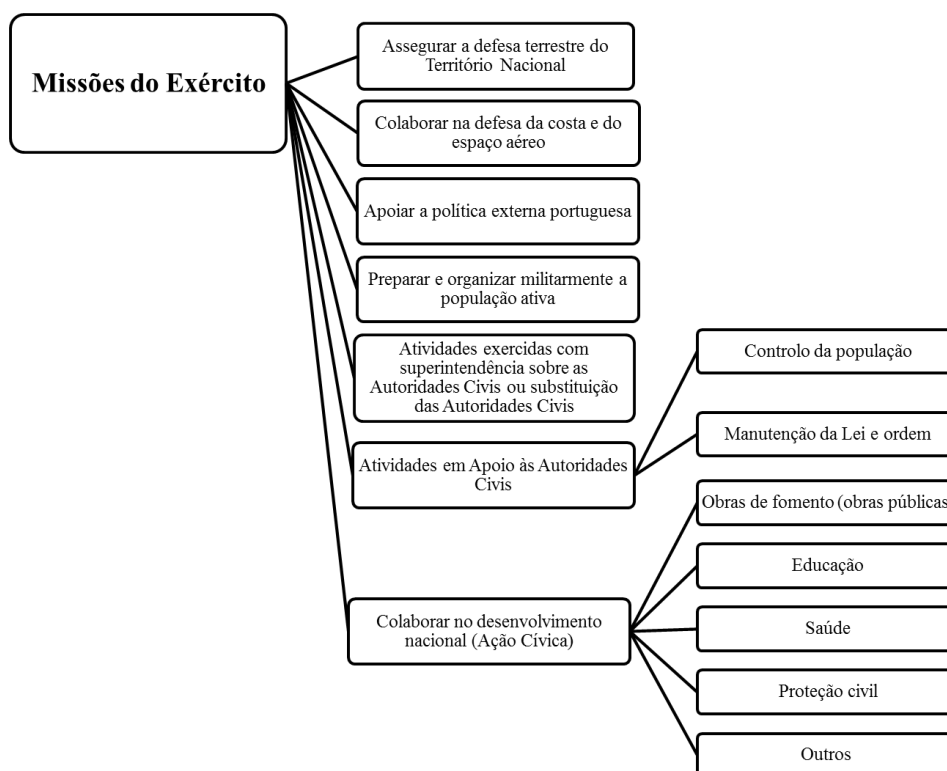


Figura 2 - Enquadramento das atividades de AssCiv com as missões do Exército

Fonte: (IAEM, 1976, p. 22)

Foi com base nos parâmetros apresentados que praticamente todo o plano doutrinário assentou. Porém teremos de nos centrar numa análise a escalões mais baixos (Pelotão), dado que não nos foi possível encontrar elementos suficientes ao longo da investigação que permitissem uma análise mais abrangente.

Em termos doutrinários, o Pelotão de AssCiv foi a unidade de mais baixo escalão a desempenhar a função de autoridade de AssCiv. Todavia, raramente o Pelotão atuava independentemente da Companhia e a sua atividade poderia ser desenvolvida aquando



destacados para uma área de uma Brigada ou para a retaguarda de uma Divisão. O Pelotão tinha a capacidade de poder atuar num concelho (IAEM, 1976, p. 17).

As suas principais tarefas encontram-se identificadas na figura 3.

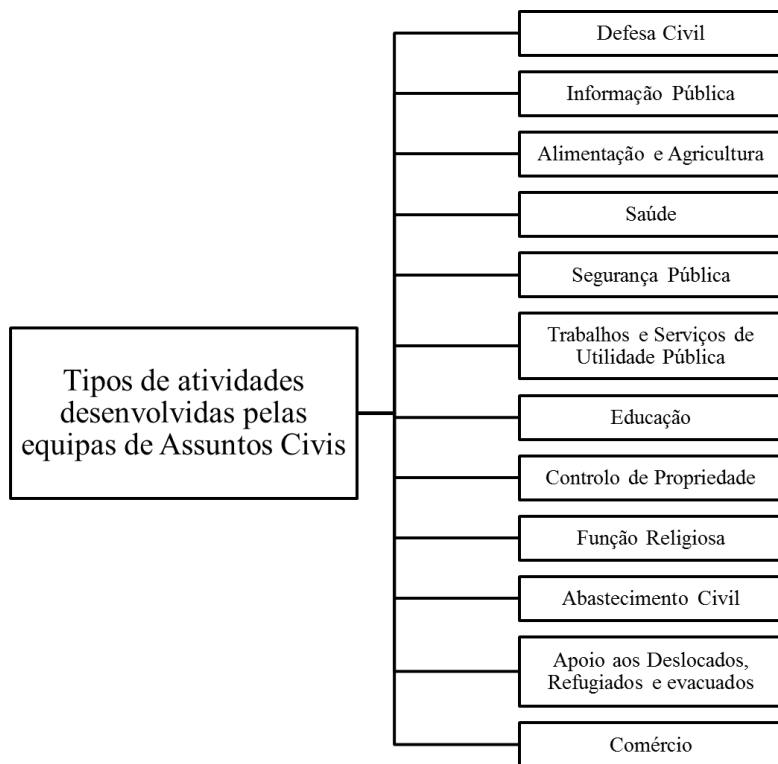


Figura 3 - Tipos de atividades de AssCiv
Fonte: (IAEM, 1976, p. 33)

Relativamente ao treino, e de acordo com os dados recolhidos, seria fruto da experiência profissional ou pessoal de cada um dos elementos pertencentes à Força. Referimo-nos nomeadamente, aos Soldados que detinham conhecimentos na área da agricultura, da mecânica, entre outros.

Em conformidade com as experiências dos mesmos, estas práticas acabariam por ser potenciadas com o desenvolvimento das áreas referidas em prol da população. Neste cenário, também o Capelão desempenhou um papel preponderante na área da educação e apoio religioso. Em vários períodos das missões, a figura do Capelão integrou um importante vetor na formação da população local e simultaneamente na obtenção de informações²⁰. Porém em todas as entrevistas realizadas, foi referido o desconhecimento de qualquer estrutura orgânica da componente militar com as funções de AssCiv.

²⁰ De acordo com os entrevistados.



Outro dado curioso a realçar, prende-se pela ligação das forças especiais aos AssCiv. De acordo com a investigação, foi possível verificar que tal como as forças de quadrícula, também as forças especiais²¹ desempenharam ações de apoio à população local, particularmente no transporte de populações, no apoio sanitário e no fator de confiança e segurança aos habitantes locais.

Importa ainda salientar que nos primeiros anos de conflito, houve uma ausência tanto na formação como na aplicabilidade deste tipo de matérias no TO, permanecendo assim, uma possível interrogação para a continuidade da investigação em causa.

Em termos futuros poderá ser desafiante identificar a forma concreta de como foi efetuada a passagem do plano doutrinário em torno dos AssCiv para missões das forças no TO de Angola. Uma vez que, pelas entrevistas realizadas, denotou-se o desconhecimento por tais matérias.

²¹ De acordo com a entrevista ao Coronel Folques (Anexo F).



d. Estrutura organizacional

No que confere à estrutura organizacional, os AssCiv encontravam-se inseridos na 5ª Repartição/EM das FT. Por sua vez, a responsabilidade primária destes, residia no planeamento, na coordenação e supervisão das operações de AssCiv, incluindo as relações entre as forças militares, a população, o governo e a economia local. Relativamente à estrutura organizacional, esta encontrava-se dividida segundo a figura 4, onde é possível observar as responsabilidades associadas a cada escalão da força constituinte.

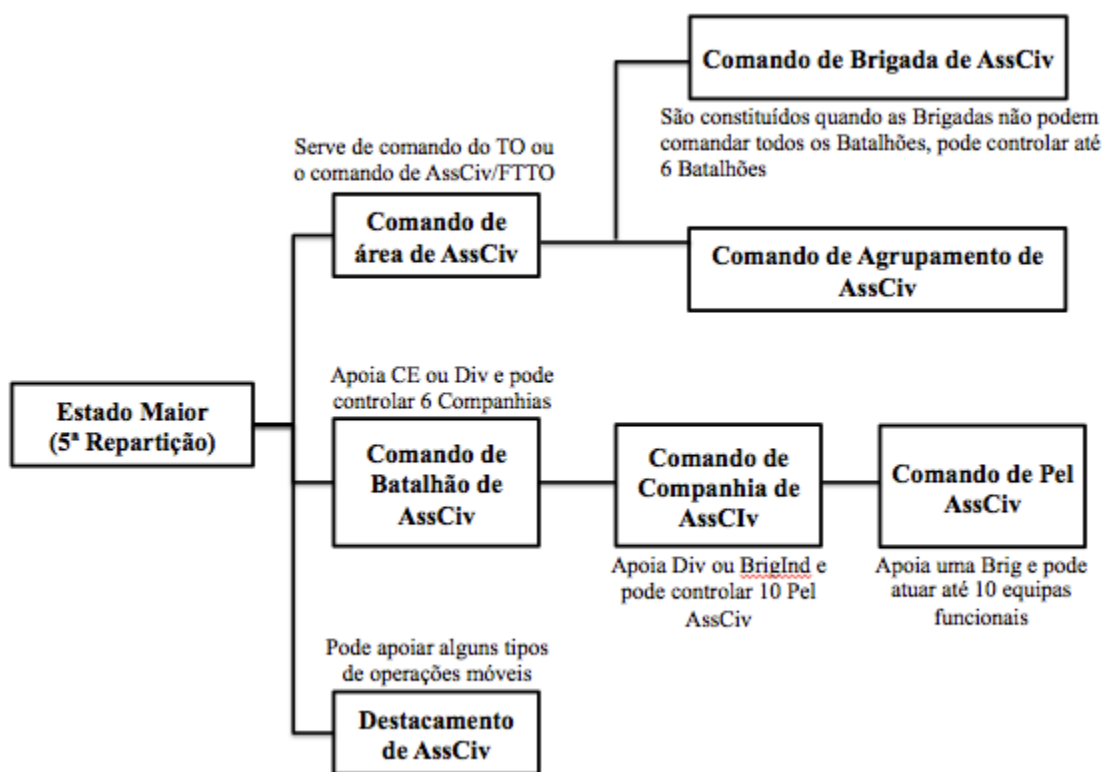


Figura 4 - Organização dos Comandos de Unidade de AssCiv
Fonte: (IAEM, 1976, p. 9)

De forma geral, a conjugação das Unidades de AssCiv com as Unidades no terreno permitiria aos mais diversos escalões o apoio ao “cumprimento da missão tática das forças militares” (Hing, 2010, p. 11). Esta forma de apoio, era em muitos dos casos obtida não só pela diminuição da interferência da população como também através do aproveitamento dos recursos locais (IAEM, 1976, p. 6).



e. Atividades de Assuntos Cíveis

Relativamente às atividades, foi possível verificar através das entrevistas realizadas e bibliografia analisada, um inúmero conjunto de ações com o objetivo de apoiar as populações no âmbito dos AssCiv. Desde a conquista da adesão dos habitantes nativos, passando pela construção de aldeamentos multiétnicos e finalizando no desenvolvimento de infraestruturas de apoio, o papel das FT revelou-se como um dos expoentes principais para a manobra de contrassubversão. Este tipo de ações implicou a sistematização e um esforço acentuado de múltiplos intervenientes, embora em determinados casos os resultados esperados ficaram aquém do previsto.

Uma das muitas operações desenvolvidas que englobou a participação dos atores (simultaneamente com a participação militar e civil) encontra-se explicitamente identificada na obra de Nunes (2002, p. 57), nomeadamente, a 31 de Dezembro de 1972. Segundo Nunes, a construção de mais de 4000 km de estradas alcatroadas ao longo do território angolano, materializou a conjugação da componente militar (particularmente com a participação das Unidades de Engenharia Militar) com a componente civil, através da Junta Autónoma de Estradas de Angola, acabando por sobressair as potencialidades da unidade dos esforços conjugados, mas não só. De acordo com Santo (2009, p. 12), os principais instrumentos da ação dos AssCiv, visaram sobretudo a melhoria das condições de vida da população, particularmente as condições de habitabilidade, alimentação, abastecimento de água, saúde, escolaridade e segurança. Da mesma forma, verificou-se a similaridade com as ações efetuadas pelos entrevistados. Segundo os testemunhos obtidos, durante as suas comissões efetivaram-se inúmeras atividades desenvolvidas ao longo do período da permanência no TO. Desde o apoio sanitário à melhoria das condições de vida da população local, várias foram as ações desenvolvidas pelas FT que operaram ao longo dos anos de guerra.

f. O papel do Comandante na condução dos Assuntos Cíveis

Tal como verificámos anteriormente no capítulo relativo à APsic, também nos AssCiv apura-se a importância da ação do Comandante neste tipo de matérias. Segundo Cann (1998, p.114), a organização da “contra-insurreição procurou e integrou alguns civis no processo de tomada de decisões, apesar de predominarem os militares, e esta solução é um indicativo da improvisação e do compromisso que os portugueses consideraram oportuno durante as campanhas, a fim de encontrarem meios económicos para alcançarem



os fins desejados”. Esta citação é demonstrativa da importância dos AssCiv para o Comandante.

A conjugação dos meios civis e militares são por demais evidentes numa guerra de proporções elevadas para se ignorarem todos os recursos, sendo necessária a união de esforços. Na entrevista com o Cor Grilo (Anexo E), fez-se notar nas múltiplas frentes a ajuda das empresas civis, nomeadamente as empresas de construção, que se encarregavam da manutenção das estradas mais próximas de Luanda, permitindo o direcionamento dos meios para locais mais críticos e menos seguros. O apoio às Autoridades Cíveis previa o auxílio destas por parte das FT, no entanto ambas as partes beneficiavam com esta entreatada, com aproveitamento superior dos recursos disponíveis.

Se na APsic o papel do Comandante se revela importante ao nível do planeamento, nos AssCiv a sua função é latamente fulcral, tendo mais destaque que a do soldado. O Comandante constitui-se como o elo de ligação último (podendo nomear um oficial para esta função, dependendo do grau de importância da entidade) com a entidade civil apoiada ou apoiante, sendo que o grau de proveito desse apoio estará sempre diretamente relacionado com o grau de entendimento entre o Comandante e o equivalente na estrutura das Autoridades Cíveis. Quanto melhor for o relacionamento entre essas entidades, melhor será a qualidade e a quantidade do apoio.

Contudo, com o estreitamento dos laços entre os militares e os locais, começaram a surgir queixas provenientes da população contra os comerciantes, que alegadamente exploravam e enganavam os seus trabalhadores, sem que houvesse intervenção das autoridades. Foi assim identificado um dilema que colocava em risco o sucesso da missão e que exigiu por parte do Comandante uma posição firme, íntegra e sobretudo de elevado bom-senso, já que não havia inicialmente orientações superiores. Outro problema identificado consistia no *modus operandi* da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) quando efetuava operações conjuntamente com o Exército, que, por serem violentas e discriminatórias, colocavam em causa a imagem justa e correta do Exército Português. Este dilema confrontava a condução da ação psicológica, que visava garantir o apoio da população, e a coordenação com as autoridades civis. Se por um lado era essencial à missão obter a confiança da população, por outro, a ajuda das empresas e das autoridades locais tornava-se cada vez mais importante para suprir algumas capacidades da Força. Perante este dilema, a posição do Comandante de Companhia foi de encontro ao que considerou ser o mais justo e que se revelou, mais tarde, ser o mais acertado. Apesar das queixas das entidades comerciais, o Comandante não poderia perder novamente a



confiança da população, protegendo-as das injustiças e dos maus tratos. Para integrar as vertentes dos AssCiv e da A Psic foi, em 1967, foi criado o “Conselho Geral de Contrassubversão”, que integrava as mais altas Autoridades Cíveis e militares e que se reunia mensalmente de forma a desconflitar interesses, sintonizando as duas partes (Associação 25 de Abril, 2015).

g. Síntese conclusiva

Numa perspetiva geral, procurámos ao longo deste capítulo enunciar os principais fatores que compuseram as várias ligações dos AssCiv ao TO de Angola. No entanto, não podemos deixar de referir que um dos objetivos específicos do trabalho visava analisar e interpretar a forma como foram conduzidos os AssCiv pelas FT no TO.

Relativamente à questão colocada, podemos assumir que houve duas fases distintas aquando à análise das práticas e ações por parte dos AssCiv no TO de Angola.

Numa primeira fase, foi possível verificar ao longo da investigação, que grande parte das atividades de AssCiv eram desenvolvidas pelas FT através do contacto direto sobre a população. Embora houvesse indicações (doutrinárias) por parte dos comandos superiores, este tipo de atividades acabou por nunca ser implementado conforme a linha de ação planeada²². Foi também possível verificar, que as várias atividades desenvolvidas no terreno partiram das capacidades de avaliação por parte dos Comandantes que se encontravam no terreno. Grande parte das atividades de AssCiv eram fruto de anteriores experiências provenientes dos elementos pertencentes às Unidades, como por exemplo a fomentação à agricultura ou até o apoio à educação.

Relativamente à segunda fase, houve de facto a incrementação efetiva (de acordo com os princípios doutrinários)²³ dos AssCiv no TO de Angola. Todavia, e de acordo com as entrevistas efetuadas, não nos foi possível confirmar quais os procedimentos efetuados em torno desta área. Perante o cenário verificado, poderemos deixar uma possível interrogação para a continuação desta investigação em termos futuros, nomeadamente, sobre a forma concreta da tipologia de ações nas missões das forças no TO de Angola, do seu processamento relativo às forças militares.

Desta forma respondemos à PD2 (Como foram conduzidos os AssCiv pelas FT no TO?).

²² De acordo com as entrevistas efetuadas verificou-se por falta de informação ou até mesmo desconhecimento da existência de doutrina de AssCiv.

²³ Segundo a bibliografia analisada.





Conclusões

Com a entrada de Portugal na OTAN e até ao início da década de 60, as FT estavam vocacionadas para combater num cenário de guerra convencional e não de guerra subversiva. Uma das razões desse facto derivou da necessidade de dotar a Aliança de capacidade bélica para fazer face a um possível ataque dos países do Bloco de Leste. Contudo, fruto dos acontecimentos provocados pelos movimentos subversivos nos territórios vizinhos das províncias ultramarinas, Portugal, a partir do final da década de 50, sentiu a necessidade de criar condições para dotar as FT de capacidades para combater em ambiente subversivo. Face a esta realidade, desenvolveu-se doutrina, criaram-se estruturas e implementaram-se técnicas, táticas e procedimentos, e geraram-se forças adaptadas a este tipo de ameaça onde a APsic e os AssCiv assumiram papel preponderante.

As conclusões apresentadas resultam do processo metodológico percorrido. O estudo iniciou-se com a fase exploratória, que permitiu formular o problema de investigação, enquadramento e concetualização, levando-nos a clarificar o nosso problema de investigação. Para a construção de uma base conceptual e teórica sustentada tiveram-se em conta os conceitos extraídos de manuais doutrinários da época, diretivas, relatórios e entrevistas exploratórias. Com essa base conceptual e teórica pretendeu-se orientar o desenvolvimento do plano de pesquisa, com a finalidade de facilitar a explicação da temática em questão e conceber a problemática da investigação. Desta forma, foi possível construir o nosso modelo de análise. Posteriormente, através da observação e análise dos dados procurou-se dar resposta à PP levantada: ***De que forma as FT empregaram a APsic e os AssCiv no TO de Angola, entre 1961 e 1974, no âmbito da função de combate Comando-Missão?*** Assim, a organização do trabalho assentou em três capítulos. No primeiro capítulo apresentamos a base conceptual onde procuramos definir os principais conceitos para melhor compreensão do trabalho. Com o intuito de contribuir para a resposta à PP, no segundo capítulo respondemos à PD1: ***Como foi conduzida a APsic pelas FT no TO?*** Para tal, relativamente à APsic descrevemos as seguintes dimensões: a orientação estratégica, a doutrina, formação e treino, a estrutura organizacional, as atividades e o papel do Comandante na sua condução. No terceiro capítulo, com o foco nos AssCiv, fizemos a descrição das mesmas dimensões utilizadas para a APsic, mas aplicadas aos AssCiv, com o objetivo de concorrer para a resposta à PP e responder à PD2: ***Como foram conduzidos os AssCiv pelas FT no TO?***

Assim, em resposta à PP, as FT empregaram a APsic e AssCiv no TO de Angola, entre 1961 e 1974, no âmbito da função de combate Comando-Missão da seguinte forma:



No que concerne à APsic, concluímos que o seu emprego, pelas FT, foi gradual ao longo do período estudado. Inicialmente, a APsic foi conduzida de forma incipiente e ao livre arbítrio de cada Comandante, apesar da doutrina existir e ser completa, havia no entanto, um certo desconhecimento da mesma.

Quanto à orientação estratégica da APsic, esta foi incrementada com o decorrer da guerra subversiva que se travava no TO de Angola. Verificou-se no entanto um melhor entendimento, principalmente pelo poder político, da importância da APsic na contrassubversão. Já numa fase avançada do conflito, percebeu-se que uma guerra subversiva vence-se através da unidade de esforços, entre as Autoridades Cíveis e Militares, e que a sua condução não pode ser exclusiva das FT.

Relativamente à estrutura organizacional de APsic, constatou-se também que esta foi evoluindo ao longo do período estudado. Foram criadas as 5ª Rep (APsic e AssCiv) a diversos níveis da chamada “Estrutura de Contra-Subversão” implementada no TO, assim como a redefinição dos QO dos BCaç e CCAç das FT. No entanto, o estabelecimento dessa estrutura foi difícil, principalmente ao escalão Batalhão e Companhia, devido à falta de efetivos e também porque as funções de APsic eram geralmente desempenhadas em acumulação.

Quanto às atividades de APsic, as FT privilegiaram, desde o início, as que se enquadravam no âmbito da Ação Psicossocial, com vista a conquistar a confiança das populações. Como se verificou mais tarde, a Ação Psicossocial foi fundamental na contrassubversão, através do controlo da população.

Na condução da APsic como atividade de informação e influência, constatou-se importância do papel do Comandante. Assim, se a APsic fosse devidamente dirigida, tornava-se num importante contributo para a segurança das FT e apoio à população, exigindo uma liderança adequada à situação.

Acerca do emprego dos AssCiv, concluímos que estes tinham como principal objetivo a aplicação de uma estratégia que visava a diminuição da capacidade de influência dos movimentos subversivos sobre as populações, através da melhoria das condições de vida.

Quanto ao processo de implementação dos AssCiv, constatou-se que este revelou-se moroso devido fundamentalmente à má coordenação entre as Autoridades Cíveis e Militares, e ao facto de haver localidades onde não existiam sequer Autoridades Cíveis, tendo neste caso as FT a árdua tarefa de assumir ambos os papéis. Desta situação, redundava a dificuldade na implementação da unidade de esforços para a prossecução da conquista



das populações, derivando na ineficiência da estrutura civil e militar, assim como no ineficaz combate aos movimentos subversivos.

Relativamente à doutrina de AssCiv, verificou-se que as FT dispunham de manuais doutrinários que abordavam parte desta temática, nomeadamente o apoio às autoridades cíveis, que se enquadra nas atividades de AssCiv. O apoio às Autoridades Cíveis foi prestado desde o início da guerra principalmente pelas Unidades de quadrícula.

Contudo a criação da “Estrutura de Contra-Subversão” na RMA a partir de 1967, cuja organização é composta por Repartições de APsic e AssCiv pode-nos levar a crer que houve uma evolução doutrinária, devido à existência de órgãos especializados nesta área que até então não existiam.

Tendo em conta a distância temporal a que este estudo se refere, denota-se cada vez mais dificuldade em entrevistar militares que cumpriram comissões de serviço no TO de Angola e desenvolveram atividade especificamente no campo da APsic e AssCiv. Como recomendação para investigação a desenvolver futuramente, propomos que haja um estudo mais aprofundado acerca desta temática no período entre 1970 e 1974 no TO de Angola no que aos AssCiv diz respeito. Isto porque existem fortes indicadores que aludem aos AssCiv a partir desse período.



Bibliografia

Afonso, A. & Gomes, C. d. M., 2010. *Os Anos da Guerra Colonial-1961.1975*. 1ª ed. Matosinhos: QUIDNOVI.

Alves, J. L., 1992. Os fenómenos Subversivos e Contra-Subversivos - Aspectos políticos e estratégicos nos primórdios de noventa e dois. *Revista Militar*, Março, pp. 139-171.

Associação 25 de Abril, 2015. *Guerra Colonial 1961-1974*. [Online] Available at: <http://www.guerracolonial.org/index.php?content=132>
[Acedido em 10 março 2015].

Cann, J. P., 1998. *Contra-Insurreição em África*. 1ª ed. São Pedro do Estoril: Atena.

CECA, 1990. *Subsídios para o Estudo da Doutrina Aplicada nas Campanhas de África (1961-1974)*. Lisboa: Pentaedro.

CECA, 1998. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974), Aspectos da Actividade Operacional, Tomo I, Angola, Livro 1*. 1ª ed. Lisboa: CAVE.

CECA, 2006a. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974), Aspectos da Actividade Operacional, Tomo I, Angola - Livro 2*. 1ª ed. Lisboa: CAVE.

CECA, 2006b. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África 1961-1974 - Aspectos da Actividade Operacional*. 1ª ed. Lisboa: CAVE.

Citino, R. M., 2009. *The German Way of War: From the Thirty Years' War to the Third Reich*. 1ª ed. s.l.:The Historical Association and Blackwell Publishing.

Coelho, A. R., 2013. A Guerra do Ultramar - O Mérito do Vetor Militar. *Revista Militar*, Junho/Julho, Volume 2537/2538, pp. 575-586.

EME, 1963. *O Exército na Guerra Subversiva, III Acção Psicológica*. 1ª ed. Lisboa: SPEME.

EME, 1964. *Diretiva Inicial de Acção Psicológica*. Lisboa: s.n.

EME, 1966a. *O Exército na Guerra Subversiva, I Generalidades*. 2ª ed. Lisboa: SPEME.

EME, 1966b. *O Exército na Guerra Subversiva, III Acção Psicológica*. 2ª ed. Lisboa: SPEME.



EME, 1966c. *O Exército na Guerra Subversiva, IV Apoio às Autoridades Cíveis*. 2ª ed. Lisboa: SPEME.

EME, 1967. *Memorando das Funções dos Oficiais de Acção Psicológica nas Unidades do Ultramar*. Lisboa: SPEME.

EME, 1968. *Instrução de Acção Psicológica na Escola de Recrutas (IE)*. Lisboa: SPEME.

EME, 1970. *Caderno 10 - Guerra Psicológica contra Portugal*. Lisboa: SPEME.

EME, 1987. *RC 130-1 Operações*. Lisboa: CEGRAF.

Exército Português, 2012. *Publicação Doutrinária do Exército (PDE) 03-00 Operações*. Lisboa: Exército Português.

Exército Português, 2015. <http://www.exercito.pt>. [Online] Available at: <http://www.exercito.pt/sites/CTOE/Historial/Paginas/default.aspx> [Acedido em 02 Março 2015].

Folques, R., 2015. *A Ação Psicológica e Assuntos Cíveis no âmbito da Função de Combate Comando-Missão na Campanha Militar do Teatro de Operações de Angola (1961-1974)* [Entrevista] (13 05 2015).

Garcia, F. P., 2003. *Análise Global de Uma Guerra - Moçambique 1964-1974*. Lisboa: Prefácio.

Grilo, M. A., 2015. *O papel do Comandante de Companhia de Engenharia na Ação Psicológica e nos Assuntos Cíveis em Angola* [Entrevista] (03 Fevereiro 2015).

Hing, T. L., 2010. *A Cooperação Civil - Militar e os Assuntos Cíveis na Doutrina Militar Nacional*, Lisboa: s.n.

IAEM, 1976. *5ª Repartição - Assuntos Cíveis/Relações Públicas e Operações Psicológicas*. Lisboa: s.n.

IAEM, 1982. *ME-520000: 1ª Parte - Assuntos Cíveis e 3ª Parte - Anexos*. Lisboa: s.n.

IESM, 2014. *Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação*, Pedrouços: s.n.



Lucena, 2015. *A Ação Psicológica e Assuntos Cíveis no âmbito da Função de Combate Comando-Missão na Campanha Militar do Teatro de Operações de Angola (1961-1974)* [Entrevista] (26 Fevereiro 2015).

Menezes, A. C. d., 2012. Lição Inaugural: Guerra Subversiva e Contra-Subversão. O Saber Português. *Boletim Ensino*, Maio, Issue 12, pp. 17-24.

Montgomery, 1959. *Guerra Subversiva*. Lisboa: IAEM.

NATO, 2014. *AJP-3.10.1(A) - Allied Joint Doctrine for Psychological Operations*. Bruxelas: NSA.

Nunes, A. P., 2002. *Angola - 1966-74 - Vitória Militar no Leste*. Lisboa: Prefácio.

Oliveira, H., 1962. *A Batalha da Certeza (Acção Psicossocial)*. Lisboa: Tipografia Esmeralda.

QG/RMA, 1962a. *Acção Psicossocial - Relatórios periódicos relativos ao mês de maio de 1962 do QG/RMA*, Luanda: s.n.

QG/RMA, 1962b. *Circular nº 9929 de 08fev1962 da 3ªRep/QG/RMA*. Luanda: s.n.

QG/RMA, 1963. *Extracto do relatório de Acção Psicossocial da RM de Angola de Setembro de 1963 da Secção de Estudos Gerais do QG/RMA*, Lisboa: s.n.

QG/RMA, 1968. *Relatório trimestral de Ação Psicológica N°2/68*, Luanda: s.n.

QG/RMA, 1972. *Pessoal de Ação Psicológica nos Batalhões e Companhias*. Luanda: s.n.

Santo, G. A. d. E., 2009. Cooperação Civil-Militar na Contra-Insurreição: Leste de Angola, 1971-1973. *Revista Militar*, 61(4).

Santo, G. E., 2014. *Da Arte da Guerra à Arte Militar*. 1ª ed. Lisboa: Pincípia Editora.

Santos, J. L. d., 2015. *A Ação Psicológica e Assuntos Cíveis no âmbito da Função de Combate Comando-Missão na Campanha Militar do Teatro de Operações de Angola (1961-1974)* [Entrevista] (06 Fevereiro 2015).

Santos, V., 1997. Perspectivas para a cooperação militar portuguesa com os países africanos em desenvolvimento. *Nação e Defesa*, Issue 82, pp. 81-135.



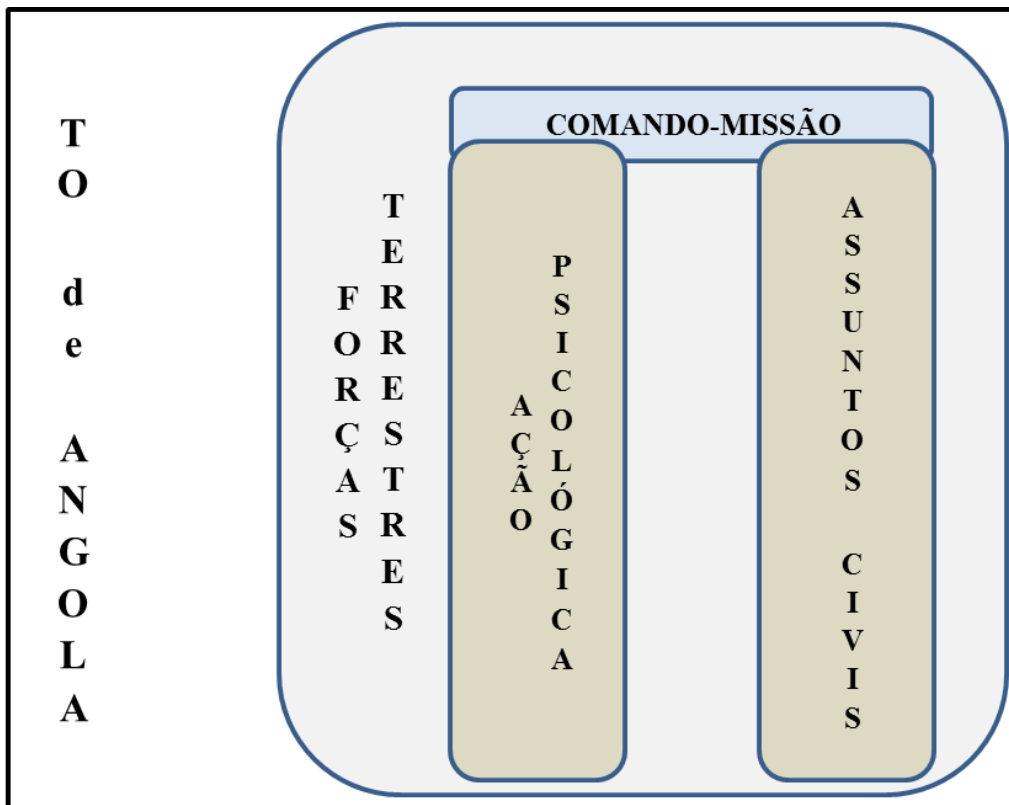
Teixeira, J., 2012. *Os contributos da Cooperação Civil-Militar para a Política Externa Portuguesa. O caso de Engenharia Militar no Líbano*, s.l.: s.n.

Visacro, A., 2009. *Guerra Irregular: Terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história*. São Paulo: Editora Contexto.

Wittman, J., 2012. *Auftragstaktik*. Norderstedt - Alemanha: Hartmann, Miles-Verl.



Anexo A – Modelo Conceptual



PP: De que forma as FT empregaram a APsic e os AssCiv no TO de Angola, entre 1961 e 1974 no âmbito da função de combate Comando-Missão?

MODELO A ADOTAR



Anexo B – Modelo de Análise

Conceito	Dimensões	CrITÉrios
Ação Psicológica	Doutrina, Formação e Treino	Manuais Doutrinários da época
		Planos e Diretivas de Ação Psicológica
		Adequabilidade (Doutrina/Formação/Treino)
		Ordens do Exército
	Estrutura Organizacional	Quadros Orgânicos de Pessoal
	Orientação Estratégica	Diretivas (Nacionais, EME, RMA)
	Atividades	Tipologia de atividades
O Papel do Comandante	Funções de Comando	
Assuntos Cíveis	Doutrina, Formação e Treino	Manuais Doutrinários da época
		Planos e Diretivas de Assuntos Cíveis
		Adequabilidade (Doutrina/Formação/Treino)
		Ordens do Exército
		Planos e Diretivas
		Quadros Orgânicos de Pessoal
	Estrutura Organizacional	Quadros Orgânicos de Pessoal
	Orientação Estratégica	Diretivas (Nacionais, EME, RMA)
	Atividades	Tipologia de atividades
	O Papel do Comandante	Funções de Comando



Anexo C – Entrevista ao General Loureiro dos Santos

NOME: José Alberto Loureiro dos Santos

POSTO: General (Reforma)

FUNÇÃO NO TO: Comandante da BAAA e Adjunto da 3.^a Repartição do QG

LOCAL: Angola

PERÍODO: 1962-1965

INFO INICIAL

O Exército resolveu enviar uma BAAA para Luanda para defender os vários portos e aeroportos na zona Norte – Cabinda, Negage. Antes do embarque, tive um mês de preparação em Queluz, no RAAA1. Foi efetuado um estudo da defesa antiaérea de Luanda e numa das posições coloquei a Bateria. Possuía Comando Completo sobre esta e também comando “técnico” de toda a antiaérea porque cada Pelotão de antiaérea assim como a Bateria tinham radares e eramos os únicos com cobertura aérea. Assim, os aviões tinham dificuldade porque muitos perdiam-se e então a Bateria passou a ter uma missão secundária – o controlo do espaço aéreo de Angola. Felizmente, como não houve ações aéreas, a Bateria passou a ser utilizada a partir de certa altura, em ações terrestres particularmente de escolta a colunas logísticas que iam de Luanda para a região militar Norte. Esta foi a missão atribuída durante dois anos, findo este período o CEM da província, o TCor Bettencourt Rodrigues que comandou a zona militar de Leste (onde o nosso General Espírito Santo serviu sobre as ordens dele como chefe da 5.^a Rep – Repartição de APsic e AssCiv) incitou a minha pessoa a ficar mais um ano, mas exercendo funções na 3.^a Rep de Operações do QG, como adjunto do chefe. A minha função era acompanhar a situação e depois relatar ao Gen Comandante. Além deste papel, também era encarregado da relação com os Comandos, no qual estes se encontravam em formação no Campo Militar do Grafanil (entre 1964 e 65). O Comandante do Centro de Comando que estava a ser constituído no Grafanil era o Maj Sousa Castro.

Q1: Que doutrina estava vigente na altura relativa à APsic e se estava adequada ao Teatro de Operações de Angola?

R: Não havia e não recebi qualquer diretiva enquanto desempenhei a função de Comandante de Bateria.

Q2: Que formação era ministrava aos militares relativamente à APsic, de forma a prepará-los para o Teatro de Operações de Angola?

R: Antes de ir para o TO, frequentei o Curso de Caçadores Especiais porque logo que começou o terrorismo, o Exército decidiu que cada Escola Prática mandava um oficial subalterno para Lamego fazer o curso de Caçadores Especiais, que era um curso próprio para oficiais. Neste curso já se falava da importância da APsic, que desde o início a noção que havia é que estas guerras não se ganhavam militarmente, mas atraindo a população. As ações militares são secundárias, não levam à decisão mas sim apoiam a manobra sobre a população e esta sim é que leva à decisão. É a manobra da APsic que leva à decisão. Na altura não havia nada escrito sobre APsic, no entanto era chamada à atenção sobre esta temática.

Q3: Que estrutura a nível da APsic existia no Teatro de Operações de Angola?

R: A BAAA tinha um oficial (que era engenheiro) responsável pela APsic, em que este já exercia Ação Psicossocial sobre a população, nomeadamente no cultivo. Cada Batalhão tinha um oficial de APsic e no QG havia uma Rep de APsic (1.^o estava na 2.^a Rep e depois passou para a 5.^a Rep) – estas mudanças recorro bem porque estava lá.



Q4: Que tipo de diretivas recebia a companhia no âmbito da APsic? Mantinha contactos periódicos com o Oficial de APsic do Batalhão?

R: Não tinha conhecimento acerca da doutrina neste âmbito, até porque a APsic não era a missão inicial específica que a Bateria tinha para cumprir.

Q5: Quais os meios usados para o cumprimento da missão de APsic?

R: O apoio sanitário à população.

Q6: Que tipo de relatórios eram elaborados relativamente à APsic?

R: Quando era adjunto da 3ª Rep havia muitas vezes informações na área da APsic que eram vertidos em relatórios que recebíamos dos Batalhões e das várias Unidades. Quem fazia as diretivas de APsic era o Cmdt da região, através de propostas da 5ª Rep. Para saber os resultados da aplicação destas diretivas era necessário proceder à sua monitorização, a qual era executada através de visitas ao local e da elaboração de relatórios periódicos.

Q7: Como era desenvolvida a atividade dos médicos/enfermeiros e capelães à responsabilidade da companhia (se aplicável)?

R: Era fundamental a sua atuação, nomeadamente os médicos e os enfermeiros. Os capelães estavam muito ligados à natureza humana do capelão. Os médicos e os enfermeiros eram os indivíduos que davam injeções, que curavam os militares e por isso era uma arma importantíssima da APsic.

Q8: Chegou a presenciar mensagens dos rebeldes, direcionadas às nossas tropas? Se sim, em que circunstâncias?

R: Não presenciei.

Q9: Estabeleciam algum tipo de contacto periódico (extra atividades de patrulhamento) com as populações?

R: Havia os panfletos que se lançavam de avião, não só mas também na preparação das operações, para aconselhar a que as pessoas que não fossem combatentes (mulheres e crianças) saíssem das zonas onde ia ocorrer as operações. Resolvemos o problema do Norte de Angola até 1967 através de APsic.

Q10: Qual o procedimento com prisioneiros de guerra?

R: Não existia instruções próprias para os PG do tipo subversivo. Procurava-se mudá-los de campo e inclusive deixar alguns como nossos aliados. É um trabalho de Ação Psicossocial porque convence-se o outro que é melhor estar do nosso lado e ao mesmo tempo, era uma forma de obter informações. Era visível o trabalho conjunto destas duas repartições, as Informações com intuito de obter informação e a APsic a tentar convencer a estarem do nosso lado e a arriscar pelos militares. É por alguma razão, que a APsic começou a ser retratada nas 2ª Rep -Informações, sendo esta responsável por estudar o inimigo, e por sua vez necessita da APsic para convencer e persuadir o adversário a passar para o nosso lado. Houve alguns indivíduos que fizeram disparates com os PG, como por ex cortar orelhas, e se ufanavam disso, mas sempre que isso acontecia eram punidos rigorosamente. Era proibida qualquer tortura.



Q11: Realizavam, no seio da companhia, jornais de parede periódicos?

R: Em vez dos jornais de parede, chamávamos boletins. Dávamos o nome de “Ecos da Bateria A386”, e no final da comissão fizemos um resumo da história da Bateria. Existia ao nível de Batalhão.

Q12: Houve, na sua unidade, outras ações, que contribuíram para dar uma boa ou má imagem dos militares?

R: Embora a Bateria não tivesse a missão da APsic, e como não houve aquela necessidade de empenhá-la para aquilo que ela foi destinada, uma das tarefas que executamos na região de Luanda, foi definir um limite ao qual se chamava o Comando de Defesa de Luanda que era comandado por um Brigadeiro e que tinha um pequeno QG que estava junto do Cmdt militar da RM de Angola. Para esse tipo de operações estava subordinado ao CDL e portanto muitas vezes faziam-se operações de rusgas e ao mesmo tempo tínhamos zonas em que fazíamos APsic. O que procurávamos era falar com as pessoas, saber quais as suas necessidades e tentávamos preencher essas lacunas na medida do possível. Recordo-me que fizemos valas e canalizações de água para levar para as aldeias, ajudamos a colocar arame farpado em determinadas zonas que eles pediam, fazíamos jogos no nosso aquartelamento, no dia da Bateria eram convidados a participar na festa. Era uma maneira um pouco rudimentar de fazer APsic. Nunca tivemos problemas com a população, porque gostávamos deles e vice-versa.

Q13: Que outras atividades desenvolveu no seio da população que contribuíram para dar uma boa imagem dos militares?

R: A UPA era apoiada pelo Zaire, surgindo depois a UNITA (Savimbi) na zona Leste e o MPLA (ligado aos comunistas). O MPLA no Norte quase não interviu, atuando essencialmente no Leste apesar de nunca ter tido grande expressão. O Cmdt chefe de Angola, que na altura era o Gen Costa Gomes, resolveu neutralizar a frente Leste tentando conquistar uma das forças que nos estavam a combater – a UNITA. Quem estava à frente desta operação era o Maj Espírito Santo, chefe da Rep de APsic e AssCiv, sendo ele a pessoa que fazia a manobra entre o Savimbi e as FT, ou seja, levava coisas que o Savimbi não tinha e em troca o Savimbi combatia o MPLA. Foi assim que praticamente se resolveu a guerra em termos militares, visto que em 1974 não existia subversão em Angola, e pelo contrário ainda ocorria nos outros teatros. Deste modo, conseguiu-se resolver o problema da guerra, sempre com APsic, que na altura denominava-se por Ação Psicossocial. Esta foi a base da vitória, quer no Norte e particularmente no Leste de Angola.

Q14: Houve, na sua unidade, outras ações, que contribuíram para dar uma boa ou má imagem dos militares?

R: Dávamos aulas. Existia uma preocupação por parte dos militares em atrair a população, fazer da população nossos amigos e ao mesmo tempo instruí-los em determinadas matérias que entendíamos que seriam úteis para eles e principalmente que gostassem. Ao fim de algum tempo ficavam contentes porque passavam a fazer melhor as coisas do que faziam antes, sendo um instrumento importantíssimo de Ação Psicossocial.

Q15: Qual era o papel do Comandante de Companhia no âmbito da APsic e dos AssCiv?

R: O Comandante de Companhia na altura, quando era uma Companhia independente, tinha o papel do Comandante de Batalhão, só que a sua zona era mais pequena e tinha menos meios para atuar. O seu papel resultava das diretivas que vinham do Batalhão.



Q16: A que nível realizava estas atividades? (concelho?)

R: A Bateria realizava as suas atividades a nível provincial.

Q17: Como via os Assuntos Cíveis?

R: Os assuntos cíveis são basicamente as relações com as autoridades cíveis. No início do conflito, quando a situação estava bastante crítica existia apenas a estrutura militar, mas pouco tempo depois, o problema melhorou e passou a haver uma estrutura do Governo e uma estrutura militar. Normalmente, grande parte da estrutura civil (governo da província) era constituída por militares. Nas proximidades encontrava-se a estrutura militar. Por vezes havia chatices, mas era devido a aspetos pessoais. De um modo geral, o sistema funcionava muito bem. Havia uma ligação de apoio militar aos cíveis e vice-versa. A estrutura civil tinha esta linha e terminava com gente que era formada no ISCSPU – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarinas, curso este que era feito exatamente para a administração colonial. Em todos os teatros, Angola, Moçambique, Guiné, Timor, etc, ao lado da estrutura militar, onde ocorriam operações ou ameaça de operações funcionava esta estrutura. No caso de não existirem operações, apenas havia uma estrutura civil. De referir que a estrutura civil já estava presente no terreno, antes da guerra se iniciar. Naquela altura as FFAA eram de facto um instrumento fundamental do Estado e este dependia das FFAA. Como os Comandantes estão sempre a fazer pedidos, dum modo geral aquilo que se pedia o Governo dava, estando predisposto a dar porque sentiam que dependiam das FFAA. Em suma, os militares são muito mais eficientes do que os cíveis, quer por questões de doutrina quer pela formação.

Q18: Existia relação entre os AssCiv e a Companhia?

R: Umhas vezes mais do que outras. Funcionava por hierarquias, o Comandante de quadrícula mais larga elaborava diretivas, dava instruções aos comandos subordinados e assim seguia por aí abaixo. No caso das operações nas companhias, eram bastante limitadas porque o pessoal era escasso e a sua tarefa era segurar os pontos sensíveis e fazer escoltas a colunas. Quanto às companhias de reserva, no que se refere às grandes operações de cerco e batida, eram normalmente executadas pelas companhias de Comandos, Paraquedistas e depois todas as outras companhias que estivessem disponíveis.

Q19: A APsic e os AssCiv foram determinantes na guerra?

R: Foram determinantes, porque o êxito que se obteve em Angola em grande parte deve-se à habilidade nessa área de AssCiv e especialmente no Leste. Enquanto no Norte houve uma intensa atividade operacional que só começou a acalmar com as equipas de APsic (pessoal que ia trabalhar com os nativos e ensinar-lhes), no Leste isso não aconteceu, devido à manobra que já referi do Gen Costa Gomes. A vitória em Angola deve-se em grande parte à forma como foram conduzidas essas áreas de APsic e AssCiv.

Q20: As diretivas influenciavam a APsic ou quem recebe é que é determinante?

R: A diretiva é muito importante, mas a qualidade do exercício e a maneira como se cumpre a diretiva é que é essencial. As diretivas podem estar muito bem elaboradas mas depois se o executor não possuir criatividade própria, então irá ter dificuldades no cumprimento dos objetivos. Por isso é que os Portugueses são conhecidos pela fácil e imediata interação, ou seja, criação de boas relações entre os nossos Soldados e a população contribuindo para um ambiente estável e saudável. Em Angola ao fim de uns dias, toda a gente conhecia toda a gente, e quando havia festas na Bateria todos estavam convidados e eramos todos amigos.



Anexo D – Entrevista ao Tenente-General Sousa Lucena

NOME: José do Nascimento de Sousa Lucena

POSTO: Tenente-General (Reforma)

FUNÇÃO NO TO: Oficial de Informações do BCaç N° 186

LOCAL: Angola

PERÍODO: 1961-1963

INFO INICIAL

Devido aos ensinamentos obtidos com a guerra na Argélia, houve um estágio de ação psicológica em que foram 59 militares e no qual resultou a publicação em 5 volumes do livro “O Exército na Guerra Subversiva”. No Curso Complementar de Estado-Maior foi incluída esta matéria, sendo o primeiro curso a ser confrontado com o assunto, quando os próprios professores ainda não estavam muito seguros sobre a forma de ministrar. Na abordagem dos respetivos temas, tanto no aspeto teórico como em exercícios práticos, gostaram da sua participação e assim foi colocado na secção de ação psicológica que entretanto foi criada na 2ª Repartição do EME. Para além destas funções foram também atribuídas outras por acumulação, como professor de Tática Geral e Organização Militar dos médicos na Escola Superior de Saúde Militar, sendo à APsic que passou a dedicar-se mais afincadamente. Frequentou no IAEM (agora IESM) o estágio ministrado (baseado na experiência francesa na Argélia) e nos dois anos seguintes foi o instrutor dos estágios através dos quais se pretendia sensibilizar um número cada vez maior de oficiais para esta matéria de importância crucial na guerra que se tratava em África. Pela mesma razão foram criados nos quadros dos oficiais milicianos a especialidade de APsic da qual foi em Abril de 1969 nomeado instrutor, tendo em conta as habilitações consideradas compatíveis com os objetivos do curso – indivíduos normalmente relacionados com a área da psicologia. Esteve em Angola entre 1961 a 63, antes do Curso de Estado-Maior e antes de haver doutrina sobre a APsic.

Q1: Que doutrina estava vigente na altura relativa à APsic? Estava adequada ao TO de Angola?

R: Em 1961 ainda não havia doutrina de APsic, só houve a partir de 1963.

Q2: Que formação era ministrava aos militares relativamente à APsic, de forma a prepará-los para o TO de Angola?

R: No seu Batalhão era efetuada APsic de base, com os próprios Soldados. Era visível no tratamento que estes davam aos PG e ainda através do apoio sanitário e do médico da Companhia/Batalhão. Nesta altura ainda não estava previsto o apoio à educação.

Q3: Que estrutura a nível da APsic existia no TO de Angola?

R: Através da diretiva inicial de planeamento de 06 de Maio de 1964, com referência ao Manual de Acção Psicológica para as FFAA” e no Volume III do guia “O Exército na Guerra Subversiva”, publicados ambos em 1963, dá-se início à estrutura a nível de APsic. É na 2ª Repartição do EME que se começa, oficialmente, a trabalhar a ação APsic no TO de Angola.

Q4: Que tipo de diretivas recebia a Companhia no âmbito da APsic? Mantinha contactos periódicos com o Oficial de APsic do Batalhão?

R: Antes de ir para o Ultramar, não foi ministrado qualquer estágio de APsic. Tudo o que foi exercido em Angola sobre APsic, durante 61-63, foi tudo por iniciativa do Batalhão.



Q5: Quais foram os meios usados para o cumprimento da missão de APsic?

R: Na metrópole era efetuada através de panfletos, meios rádios e nas aldeias eram distribuídos panfletos através de avião.

Q6: Como era desenvolvida a atividade dos médicos/enfermeiros e capelães à responsabilidade da Companhia (se aplicável)?

R: Apoiavam toda a população.

Q7: Chegou a presenciar mensagens dos rebeldes, direcionadas às nossas tropas? Se sim, em que circunstâncias?

R: O Sr. General teve conhecimento dum embocada com troca de tiros dos guerrilheiros sofrida por uma das Companhias do seu Batalhão, no qual 5 militares perderam a vida e um ficou ferido. Esta situação criou instabilidade no seu Batalhão por medo de retaliações.

Q8: Estabeleciam algum tipo de contacto periódico (extra atividades de patrulhamento) com as populações?

R: Jogos de futebol entre sanzalas.

Q9: Qual o procedimento com prisioneiros de guerra?

R: Os PG não eram maltratados, as nossas tropas davam-lhes alimentação e era tratados pelos médicos da Companhia/Batalhão. Todos os militares estavam preparados para tratar bem os indivíduos que eram aprisionados. Faziam APsic sobre os PG, não só ao que se refere ao tratamento mas também convencendo-os que estavam melhor ao nosso lado do que no meio das matas. Até houve uma altura em estes foram libertados para convencerem os outros a regressarem das matas. Digamos que em termos práticos esta foi uma das formas de APsic efetuada sobre inimigo.

Q10: Realizavam, no seio da companhia, jornais de parede periódicos?

R: Entre 1961-63 ainda não existia.

Q11: Que atividades desenvolviam para motivar as nossas tropas?

R: Jogos de futebol.

Q12: Houve, na sua unidade, outras ações, que contribuíram para dar uma boa ou má imagem dos militares?

R: O nosso Batalhão ficou colocado nos Dembos, norte de Angola, a região inicialmente mais afetada. Como tinha havido os massacres de 15 de Março de 1961, houve assim uma vingança por parte da população de modo que estas fugiram das “sanzalas” para as matas, com medo de retaliações. No setor do seu Batalhão (3 Companhias e o Comando do Batalhão), não era visível um único nativo. Passado um ano, recuperaram cerca de 1200 nativos, que tinham regressado das matas. A manobra de APsic utilizada foi por meio de panfletos.

Q13: Qual era o papel do Comandante de Companhia no âmbito da APsic e dos Assuntos Cíveis?

R: Quanto à APsic, nas próprias Companhias todos os militares estavam preparados para tratar bem a população. Relativamente a AssCiv, na zona das Companhias não havia autoridades civis.



Q14: A que nível realizava estas atividades? (concelho?)

R: As Companhias realizavam as suas atividades a nível provincial, na Região Norte de Angola.

Q15: Como via a APsic e os AssCiv no âmbito do Papel do Comandante de Companhia?

R: Foi algo importantíssimo para a proteção da Força.

Q16: Que tipo de Ordens emitia aos seus homens no âmbito da APsic e dos Assuntos Cíveis? Ordens Tipo Missão?

R: A APsic que era exercida em Angola era um pouco empírica, ficando à mercê de cada Comandante de Companhia, uma vez que só a partir de 1964 é que surgiu a primeira diretiva sobre este assunto. As únicas ordens que transmitia aos homens estavam relacionadas com o bom tratamento que deveria ser dado a toda a população.



Anexo E – Entrevista ao Coronel Mourato Grilo

NOME: Agostinho Mourato Grilo

POSTO: Coronel (Reforma)

FUNÇÃO NO TO: Cmdt da Companhia de Engenharia (CEng) Nº 2580

LOCAL: Angola (Cachito, Cabinda e Santa Cruz)

PERÍODO: 1969-1971

INFO INICIAL

A sua Companhia Independente era constituída por cerca de 140 homens e atuou frequentemente reforçada com pessoal e equipamento. Dependia operacionalmente do Agrupamento de Engenharia (AgrEng) de Angola e que atuava em Apoio Direto às Unidades de quadrícula para onde mandou destacamentos, conforme orientação do AgrEng no cumprimento das ordens da RMA. A função da companhia era abrir estradas de terra com pontões, aquedutos e drenagens transversais quando necessário, nas matas durante o verão (época seca), no inverno (época das chuvas) recolhia a Luanda, devido à inviabilidade de abertura de estradas, e fazia pequenos serviços de Apoio Geral de Engenharia.

Q1: Que doutrina estava vigente na altura relativa à APsic? Estava adequada ao TO de Angola?

R: Não tinha conhecimento acerca da doutrina neste âmbito, até porque não era a missão específica que foi cumprir.

Q2: Que formação era ministrada aos militares relativamente à APsic, de forma a prepará-los para o TO de Angola?

R: A sua companhia neste âmbito não foi nenhuma.

Q3: Que estrutura a nível da APsic existia no TO de Angola?

R: Estas ações eram conduzidas pelo AgrEng, a sua Companhia efetuava apenas pequenas obras quando estavam em Luanda mas não tinha contacto com a estrutura da APsic nem conhecimento da mesma.

Q4: Tinha acesso a algum tipo de estudo relativo à população da zona de responsabilidade da Companhia?

R: Nenhum. Pelo contrário, ao iniciar a Operação Golpe Direto na zona de Santa Cruz de Sanza Pombo, na área do Comando da Uíge (Carmona), foi o próprio que elaborou um relatório de reconhecimento, que facilitou a orientação definitiva da picada.

Q5: Quais os meios usados para o cumprimento da missão de APsic?

R: Apenas os meios de Engenharia que eram utilizados no cumprimento da missão da Companhia. No entanto o Sr. Coronel contou um episódio que remonta à sua chegada ao TO e que está relacionado com o tema da APsic e com os meios utilizados pelas FFAA. Quando chegou ao TO ouviu na rádio local que tinha acabado de chegar a Angola o Instrutor de minas e armadilhas das tropas fascistas do Governo de Marcelo Caetano, referindo-se à sua pessoa, que era Oficial de Engenharia mas que não iria trabalhar nessa área. Esta notícia serviria como possivelmente, alerta para um “perigoso inimigo”, que depois nunca chegaram a ver, o que terão percebido.



Q6: Durante as ações de patrulha, distribuíam algum tipo de publicações/panfletos às populações?

R: Nunca desempenhamos essa atividade.

Q7: Chegou a presenciar mensagens dos rebeldes, direcionadas às nossas tropas? Se sim, em que circunstâncias?

R: Fruto da natureza da sua missão, sentia, por um lado, junto da população um carinho especial (especialmente junto da criançada do Caxito onde todos o conheciam e tratavam por “nosso capitão”) e, por outro, dos guerrilheiros, um estatuto especial, pois o Sr. Coronel por vezes sentia que havia alguém lá nas matas mas no entanto a sua Companhia nunca sofreu uma embocada ou encontrou minas no seu caminho (ações que eram frequentemente sofrida por outras Unidades).

Houve um episódio na Operação “Via Apia” em que numa coluna de reabastecimentos passou num determinado local que tinha sido armadilhado para fazer parar a coluna, houve uma troca de tiros que não mataram ninguém. Verificando-se depois haver um papel algo parecido com isto: “esta armadilha não é para a Engenharia, é para o pessoal do lenço amarelo”. Há que referir que o “pessoal do lenço amarelo” eram os elementos de segurança que seguiam com a CEng e que efetuava a sua segurança. Este acontecimento prova bem a alta consideração que os guerrilheiros tinham pela sua Companhia e pelo trabalho da mesma.

Também na Operação Via Ápia o avançar dos trabalhos para chegar ao Zenza, obrigou à eliminação de um acampamento, já perto do Zenza, que teve de ser então destruído. Nessa altura foram postos, durante a noite, explosivos no rodado de uma Berliet de transporte de terras, que teve de ser imediatamente retirada dos trabalhos. Houve uma tentativa de conversa colocando na cratera produzida, uma mensagem do tipo: “Há tanto tempo a andar por aqui sem problemas, a que se deve isto agora?” Não houve resposta e foi lá posta outra mensagem do tipo: “ Malcriados”

Só se recorda de em Cabinda ter sido flagelado o acampamento dos trabalhos, num fim de tarde, mas que não se voltou a repetir, não tendo havido consequências graves a registar.

Q8: Realizavam, no seio da Companhia, jornais de parede periódicos?

R: Não.

Q9: Que atividades desenvolviam para motivar as nossas tropas?

Q: Sempre teve sensação de que aquelas ações não teriam grande efeito, a nível do que era pretendido. O lema da Companhia, “Rumos do Futuro”, já tinha sido escolhido para dar ideia dessa interpretação, o que aliás foi na altura, explicado ao Coronel Inspetor da Arma, durante a formação da Companhia, que não pareceu ter gostado da brincadeira. Procurou então convencer o seu pessoal de que o improvisado das ações, a falta de meios e a desorganização sentidos, deveriam ser supridos fazendo coisas úteis e trabalhando com disciplina e empenho.

Q10: Houve, na sua unidade, outras ações, que contribuíram para dar uma boa ou má imagem dos militares?

R: A missão da sua Companhia era abrir picadas operacionais abrindo zonas de mata, picadas essas que eram para usufruto de todos, não só das FFAA mas também da população. No fundo, vias de comunicação que iriam beneficiar sobretudo aqueles que ali viviam, pois iriam perdurar para muitos anos e eu recordo que, de um ano para o outro já havia nalgumas zonas, entre rodados de viaturas, capim de meia altura. Estes eram os



resultados conseguidos na nossa missão de Engenharia que acabavam também por efetuar alguma APsic e dar uma boa imagem dos militares e da missão portuguesa.

Q11: Qual era o papel do Comandante de Companhia no âmbito da APsic e dos AssCiv?

R: No âmbito dos AssCiv, existia alguma coordenação de trabalhos de Engenharia entre as Unidades militares e as empresas civis (Motas e Companhia, por exemplo em Cabinda), mas esta coordenação era decidida principalmente ao nível do Agrupamento, embora obviamente praticada depois no terreno pela Companhia. No âmbito da APsic estava muito relacionada com a nossa missão. como já havia referido.

Q12: A que nível a Companhia realizava estas atividades?

R: A sua Companhia realizou as suas atividades a nível regional no Norte de Angola.

Q13: Qual era o papel do Comandante de Batalhão no âmbito da APsic e dos AssCiv?

R: Não tem essa informação presente porque não estava junto do Agrupamento.

Q14: A que nível o Agrupamento realizava estas atividades?

R: O Agrupamento realizava as suas atividades a nível provincial.

Q15: Como via a APsic e os AssCiv no âmbito do Papel do Comandante de Companhia?

R: Foi algo importantíssimo para a proteção da Força. As construções seriam úteis para quem quer que fosse que as viesse a utilizar. Os guerrilheiros não nos atacavam devido à APsic que estava inerente à nossa missão diária. Já os AssCiv eram importantes pois o trabalho das Empresas de Engenharia Civil em Angola completavam a missão da Companhia.

Q16: Que tipo de Ordens emitia aos seus homens no âmbito da APsic e dos AssCiv? Ordens Tipo Missão?

R: Ao entrevistado as ordens chegavam-lhe sempre verbalmente (mas eram sempre escritas nas OS do AgrEng) pois a sua missão tinha poucas variantes, a exceção de uma única vez que recebeu uma ordem de operações para cumprir uma missão específica. Portanto, as suas ordens descendentes eram também verbais. No entanto, como tinha mais do que uma frente a trabalhar, as suas ordens tinham de ser completas de forma que os líderes dessas frentes pudessem ter a iniciativa de resolver os problemas que apareciam cumprindo a intenção do Comandante, evitando perdas de tempo e falta de ímpeto.



Anexo F – Entrevista ao Coronel Raúl Folques

NOME: Raúl Miguel Socorro Folques

POSTO: Coronel (Reforma)

FUNÇÃO NO TO: Cmdt de Pel (CCaç Nº89), Cmdt CCaç 476, Cmdt da 1ªCCmds, Cmdt 19ª CCmds.

LOCAL: Angola

PERÍODO: 1961-1963 / 1964-1967 / 1968-1970

INFO INICIAL

O Coronel Folques participou em três comissões na Campanha Militar do TO de Angola. A primeira aconteceu praticamente no início do conflito em 1961, a segunda logo de seguida em 1964 e a última sucedeu-se numa fase mais adiantada da guerra em 1968. O seu testemunho consubstancia-se como precioso para a avaliação da evolução das atividades desenvolvidas, principalmente, no âmbito da APsic, permitindo-nos validar algumas reflexões vertidas neste trabalho.

Q1: Que doutrina estava vigente na altura relativa à APsic? Estava adequada ao TO de Angola?

R: Em 1961 não havia nenhuma doutrina de APsic. Foi-se aos poucos criando essa doutrina de maneira a poder atrair as populações que estavam refugiadas no mato, algumas debaixo do controlo do inimigo, outras aterrorizadas com os acontecimentos de Março de 1961 em Angola. Inicialmente era realizada com um certo amadorismo, depois foi evoluindo e foi criada mais tarde no EME uma repartição destinada à APsic. Contudo, na Guiné, na altura em que lá estive (1972-74), havia uma Secção de APsic já bastante desenvolvida, fazia muito serviço e deveria ser equivalente à que existia em Angola. No final da guerra a APsic estava bem fundamentada, devidamente experimentada e tinha uma doutrina que era válida. A APsic nos Comandos em Angola era principalmente virada para o nosso pessoal, tal como razões porque combatemos, como devemos combater, a frase “sei, posso, quero”, não deixar feridos para trás.

Q2: Que formação era ministrava aos militares relativamente à APsic, de forma a prepará-los para o TO de Angola?

R: Na primeira comissão (1962) a APsic era embrionária. O Coronel Santos e Castro criou as bases da APsic para o curso de Comandos, mas esta APsic era virada para as nossas forças.

Q3: Que estrutura a nível da APsic existia no TO de Angola?

R: Na Guiné havia uma Secção de APsic e de certeza que nos outros TO também deveria haver. No Centro de Instrução de Comandos (Angola) havia um oficial de APsic, mas não sabe se havia nos BCaç. Contudo, o Oficial de APsic exercia a sua ação sobre o nosso pessoal, como forma de aumentar o potencial de combate. Em 1959, foram criadas as Companhias de Caçadores Especiais e tinham previsto uma Secção de APsic à semelhança dos franceses na Argélia, embora não tenha sido criada.

Q4: Que tipo de diretivas recebia a Companhia no âmbito da APsic? Mantinha contactos periódicos com o Oficial de APsic do Batalhão?

R: Não teve conhecimento de qualquer diretiva relativa à APsic.

Q5: Quais os meios usados para o cumprimento da missão de APsic?

R: O apoio sanitário à população, com o médico da Companhia.



Q6: Que tipo de relatórios eram elaborados relativamente à APsic?

R: Havia relatórios de APsic.

Q7: Como era desenvolvida atividade dos médicos/enfermeiros e capelães à responsabilidade da Companhia (se aplicável)?

R: Quando estivemos no Leste o nosso posto de socorros estava aberto à população.

Q8: Durante as ações de patrulha, distribuía algum tipo de publicações/panfletos às populações?

R: As patrulhas eram realizadas pelas Unidades de quadrícula. Mas nunca distribuimos panfletos.

Q10: Chegou a presenciar mensagens dos rebeldes, direcionadas às nossas tropas? Se sim, em que circunstâncias?

R: Sim, encontraram mensagens a insulta-los, a questionar a razão da presença dos militares no local onde foram emboscados.

Q11: Estabeleciam algum tipo de contacto periódico (extra atividades de patrulhamento) com as populações?

R: Os Comandantes de Companhia de Caçadores visitavam as populações nas zonas controladas onde se mantinha a hierarquia e era estabelecido o contacto com os “sobas” (chefe tribal) ou “regu” e trocavam presentes. Nas áreas não controladas, a hierarquia não existia. Nesse contacto inteiravam-se dos problemas da população e também para obtenção das informações.

Q12: Prestavam apoio (troca de bens, auxílio em construções, atividades de formação) às populações?

R: Houve Companhias que apoiaram na agricultura, através da formação, ensinando a lavrar e desta forma conseguiram melhores resultados nas suas colheitas e o apoio sanitário. Também prestaram apoio ao nível de transportes à população a curtas distâncias quando era solicitado. No Leste, foram criados aldeamentos com vista reunir as populações, que se encontravam dispersas, nas proximidades do quartel e desta forma impedir que a população fosse controlada pelo inimigo.

Q13: Qual o procedimento com prisioneiros de guerra?

R: Os PG eram bem tratados. Normalmente eles queriam ficar connosco. Um rapaz de 17 anos que era PG, quis ficar lá na companhia até ao fim, desempenhando algumas tarefas no aquartelamento.

Q14: Realizavam, no seio da Companhia, jornais de parede periódicos?

R: Não eram realizados.

Q15: Que atividades desenvolviam para motivar as nossas tropas?

R: Havia militares escreviam às madrinhas de guerra e alguns deles até casaram. A instrução era uma forma de motivar a tropa. “Tropa descansada é tropa desmotivada”, por isso tinham de estar sempre ocupados. Após as operações havia um período de descanso. Se a operação fosse superior a cinco dias tinham uma folga de dois dias. Se a operação fosse inferior a cinco dias, tinham um dia de descanso. Após a folga, retomavam a instrução, nomeadamente o tiro, porque para atirar bem tem que se fazer muito tiro. A ordem unida era uma forma de criar espírito de corpo, mas sem massacrar.



Q16: Houve, na sua unidade, outras ações, que contribuiriam para dar uma boa ou má imagem dos militares?

R: A imagem deixada pelos nossos militares na população era boa.

Q17: Qual era o papel do Comandante de Companhia no âmbito da APsic e dos AssCiv?

R: O Comandante de Companhia era o responsável no âmbito da APsic sobre o nosso pessoal. Em 1964, como Comandante da Companhia de Caçadores Nº 476, não havia nenhum Oficial de APsic no Batalhão, nem sequer a acumular funções, e não me lembra de ter recebido qualquer orientação relativa à APsic, visto que ainda era embrionária. Quando fomos para Teixeira de Sousa fazíamos visitas aos chefes tribais (sobas, regus), mas não me lembro se foi o Comandante de Batalhão que deu essa ordem.

Q18: Qual era o papel do Comandante de Batalhão no âmbito da APsic e dos AssCiv?

R: No início da guerra, visto que a APsic era ainda embrionária, a sua condução era descentralizada e ao livre arbítrio de cada Comandante, realizada de forma incipiente e empírica. À medida que a doutrina ficou mais madura e foram criadas estruturas, a condução da manobra psicológica ficou a cargo das estruturas criadas para o efeito, de uma forma muito mais centralizada.